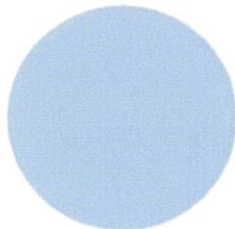




Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading 'D. B. S.' or similar.

RELATÓRIO E CONTAS 2010



15 Março 2011

Relatório e Contas
2010

Relatório e Contas

2010 



Índice

1. Síntese de Dados / Indicadores, 7
2. Mensagem do Presidente, 11
3. Apresentação da Empresa, 15
 - 3.1 Breve Historial, 15
 - 3.2 Estrutura Accionista, 16
 - 3.3 Órgãos Sociais, 17
4. Missão e Posicionamento Estratégico, 21
 - 4.1 Missão, 21
 - 4.2 Visão, 21
 - 4.3 Valores, 21
 - 4.4 Objectivos Estratégicos, 21
5. Síntese da actividade de 2010, 25
 - 5.1 Factos Relevantes, 25
 - 5.2 Envolvente Exterior, 25
 - 5.3 Estrutura Organizacional, 33
 - 5.4 Desempenho da Empresa, 35
 - 5.5 Análise Económica Financeira, 36
6. Perspectivas para o Futuro, 45
7. Considerações Finais, 49
8. Outras Informações, 49
9. Proposta de Aplicação de Resultados, 49
10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010 e Respectivo Anexo, 53
 - 10.1 Balanço, 53
 - 10.2 Demonstração dos Resultados, 54
 - 10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa, 55
 - 10.4 Demonstração Individual de Alteração de Capitais Próprios, 56
 - 10.5 Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício, 58
11. Relatório e parecer do Fiscal Único, 103
12. Certificação legal das contas, 107

Relatório e Contas
2010

Relatório e Contas
2010



1.

**Síntese de
Dados /
Indicadores**

Relatório e Contas
2010

Relatório e Contas

2010

1. Síntese de Dados / Indicadores

Indicadores			
Financeiros	2008	2009	2010
Capital Social (€)	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Activo Líquido Total (€)	33.752.929	23.232.908	22.140.051
Volume de Negócios (€)	6.783.142	6.994.946	6.767.401
Volume de Negócios / Cliente (€)	300	309	299
Resultado Antes de Impostos (€)	-113.235	-28.139	45.973
Resultado Líquido do Exercício (€)	-118.855	-62.799	18.221
EBITDA (€)	1.567.760	1.210.256	1.093.302

Unidade: euro / Ano de 2008 em POC

Recursos Humanos	2008	2009	2010
Número de Colaboradores a 31/12	22	25	30
Colaboradores / 1000 clientes	1,00	1,10	1,32
Volume de Negócios / Colaborador	308.325	279.798	225.580

Comerciais	2008	2009	2010
Número de Clientes – Abastecimento de Água (un.)	22.579	22.668	22.645
Número de Clientes – Saneamento (un.)	18.572	19.150	19.043
Volume total de Água Facturada (m ³ /ano)	2.859.230	2.895.641	2.771.068
Volume Total de Efluentes Facturados (m ³ /ano)	2.017.314	2.043.664	2.025.275
Reclamações Médias Mensais/1000 Clientes (un.)	0,8	0,5	0,5
Percentagem de Água Adquirida/Captada e não Facturada	-27,1%	-25,2%	-27,2%

Técnicos	2008	2009	2010
Volume Total de Água Adquirida (m ³ /ano)	3.943.567	3.882.487	3.746.588
Volume Total de Água Produzida (m ³ /ano)	88.584	65.166	75.767
Comprimento Total da Rede de Água (Km)	499	657	678
Comprimento Total da Rede de Saneamento (Km)	282	408	414
Reservatórios (un.)	62	62	62
Volume Total dos Reservatórios (m ³)	18.167	18.167	18.167
Estações Hidropressoras	39	41	41
Estações Elevatórias de Saneamento sob gestão directa da AdA (un.)	11	11	11

Relatório e Contas
2010

Relatório e Contas
2010



2.

Mensagem do
Presidente

Relatório e Contas
2010

Relatório e Contas**2010****2. Mensagem do Presidente**

Para o triénio 2009/2011 a Administração da Águas de Alenquer definiu como principal objectivo inverter a situação económico-financeira da Empresa, corrigindo o desequilíbrio entre os compromissos financeiros assumidos e as fontes de receita que resultam da nossa actividade. Para atingir esse objectivo foram definidos dois objectivos prioritários: a melhoria da eficiência operacional da Empresa e a revisão do Contrato de Concessão.

Nesse âmbito, e no decorrer do pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão apresentado em Julho de 2009, estabelecemos com o forte empenho do Município, um processo de revisão do Contrato de Concessão durante o ano de 2010 com vista à sua adequação à nova legislação do sector e à reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão. Este processo culminou com a estabilização, entre as partes, em Dezembro de 2010 da minuta do 2º Aditamento ao Contrato de Concessão, que se encontra em apreciação por parte da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Na procura da melhoria da eficiência operacional da Empresa, foram internalizados os serviços de apoio à actividade comercial já em 2009 e constituídas as equipas operacionais com vista à realização dos serviços de manutenção da rede de abastecimento de água em Janeiro de 2011. Potenciámos assim as nossas competências internas, criando uma estrutura operacional mais forte e adequada, em linha com a política de racionalização de custos implementada. Para esse objectivo será ainda de salientar a aposta na formação dos nossos colaboradores, potenciando assim competências internas existentes na alteração do modo de funcionamento da Empresa.

Procurámos também uma maior aproximação à comunidade através da entrega de donativos às cooperações de bombeiros locais e a uma instituição de solidariedade local de apoio a crianças e idosos; Passámos a integrar a Associação Comercial e Industrial do Concelho de Alenquer e estivemos presentes na Feira da Ascensão. Em paralelo foi implementado o sítio da Águas de Alenquer que se pretende veículo prioritário de comunicação com os nossos clientes.

De referir ainda a relevância dos constrangimentos operacionais que os problemas das incrustações de calcário representaram em 2010, facto também analisado na revisão do Contrato de Concessão e cujo processo o Município continua a liderar.

Tal como afirmámos em Março de 2010, o caminho que nos espera permanece difícil, mas pensamos continuar a dar os passos necessários para a melhoria do desempenho global da Empresa.

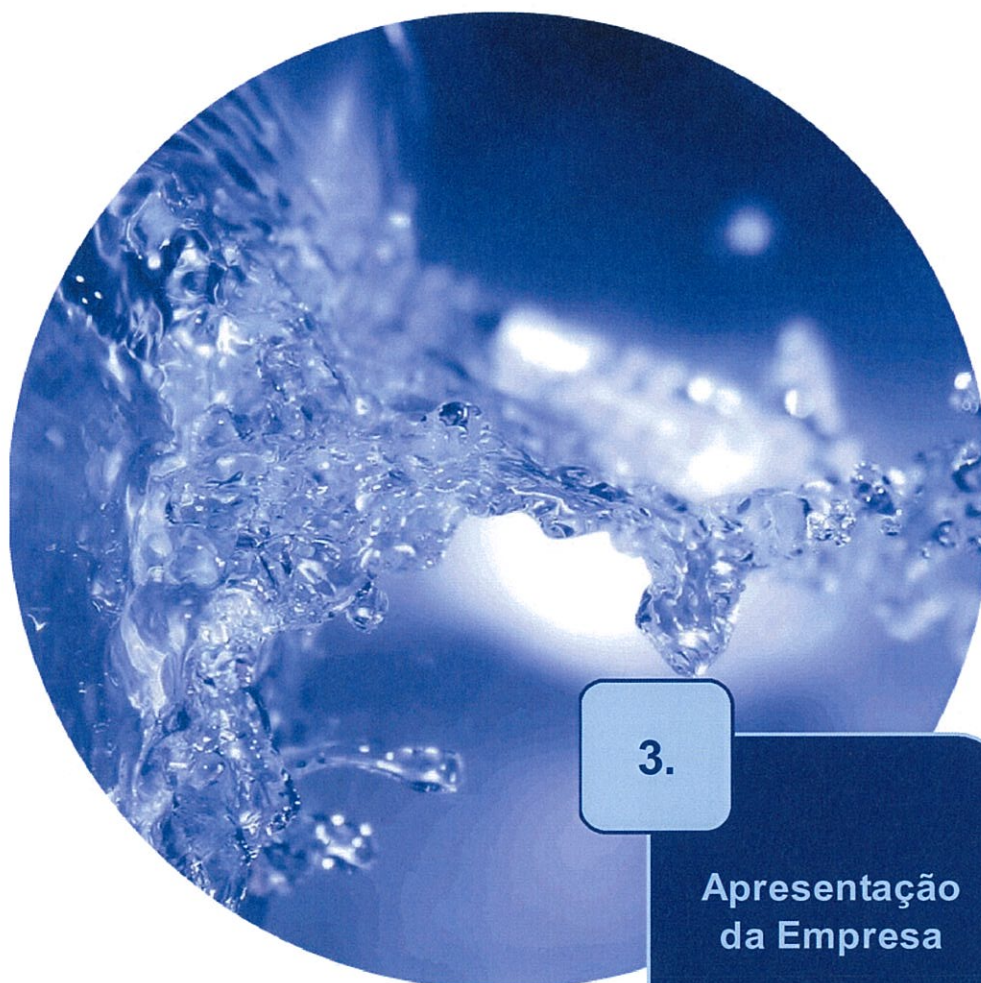
Por ultimo uma palavra de apreço a todos os que directa ou indirectamente têm ajudado a Empresa na prossecução dos seus objectivos, nomeadamente colaboradores, Câmara Municipal de Alenquer, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, accionistas e aos nossos clientes.

Fernando Salvador Marques

15 Março 2011

Relatório e Contas
2010

Relatório e Contas
2010



3.

Apresentação
da Empresa

Relatório e Contas
2010



3. Apresentação da Empresa

3.1 Breve Historial

A AdA - Águas de Alenquer, S. A. (Águas de Alenquer) foi criada em 7 de Outubro de 2003, tendo celebrado com o Município de Alenquer a 17 de Novembro do mesmo ano o contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Alenquer.

A 1 de Janeiro de 2004 deu-se início ao Período de Funcionamento da Concessão, que decorrerá por um período de 30 anos.

O seu objecto social consiste na exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do município de Alenquer, realização de obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da concessionária.

No 1º ano de funcionamento da Concessão em 2004, foram consignadas as infra-estruturas, que passavam para a responsabilidade da Águas de Alenquer, tendo sido o fornecimento de água assegurado pela EPAL até Outubro desse ano, e transitado para a AdO - Águas do Oeste S.A. (Águas do Oeste) em Novembro de 2004. A operação das ETAR foi realizada pela Águas de Alenquer, até 30 de Julho de 2005 data em se transferiu a responsabilidade para a Águas do Oeste, conforme previsto contratualmente.

O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer foi aprovado na reunião de Câmara de 12 de Dezembro de 2005 e publicado no Apêndice n.º 19 da II Série do Diário da República de 24 de Fevereiro de 2006.

No último trimestre de 2006, após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, a Construções Pragosa, S. A. vendeu a sua posição a outra empresa do Universo Pragosa: a Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S. A.

Em Setembro de 2007 foi aprovado o reequilíbrio económico-financeiro da concessão pela Câmara Municipal de Alenquer, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste não contemplado no contrato de concessão. O aditamento ao Contrato de Concessão foi celebrado no dia 12 de Março de 2008.

O Plano de Investimentos foi concluído em 2008, com a excepção de um reservatório e de um troço de colectador de saneamento que aguarda a declaração de utilidade pública. A conclusão do Plano de Investimentos permitiu atingir uma taxa de cobertura ao nível do sistema de abastecimento de água de aproximadamente 100% e de 84% ao nível do Saneamento. De realçar que a Águas de Alenquer assegura um serviço regular de limpeza de fossas sépticas domésticas, o que permite escoar para tratamento e destino os efluentes produzidos nas zonas dispersas sem rede de drenagem,

Relatório e Contas

2010

garantindo assim os objectivos de serviço fixados no âmbito dos Planos Estratégicos Nacionais para o sector do ambiente.

Foi concluída a implementação do sistema SIG e a sua articulação com o Aquamatrix (sistema de gestão de clientes), otimizando assim duas importantes ferramentas operacionais.

Desde o dia 13 de Outubro de 2008, a empresa é certificada em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas “NP EN ISO 9001:2000”, “OHSAS 18001/NP 4397 (2001)” e “NP EN ISO 14001:2004” certificação essa emitida pela empresa EIC. Em 2010 decorreu com sucesso a auditoria externa anual de manutenção da certificação, demonstrando o empenho da Sociedade na manutenção da acreditação e melhoria contínua do seu sistema integrado de gestão.

No dia 24 de Julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão.

Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em Janeiro de 2011.

Ainda durante o ano de 2010 o Contrato de Concessão foi alvo de uma Auditoria por parte da Inspeção Geral de Finanças para Controlo financeiro da eficiência económica e dos risco das obrigações contratuais assumidas pelo Município e cujo relatório final aguarda aprovação. Em resultado desse relatório foi assinado um segundo auto de consignação que permitiu normalizar a integração de património municipal construído após a celebração do primeiro auto de consignação.

Apesar da degradação de alguns indicadores económicos e operacionais, as medidas de gestão iniciadas em 2009 permitiram alcançar pela primeira vez um resultado líquido positivo.

3.2 Estrutura Accionista

Identificação:	AdA - Águas de Alenquer S.A.
Sede Social:	Quinta do Carneiro. Carapinha, Alenquer
Pessoa Colectiva	506 353 397
Capital Social	1.500.000 €
Inscrição na C.R.C. de Alenquer n.º:	02202/031023

Relatório e Contas 2010

Estrutura Accionista:

Aquapor - Serviços, S.A.

AGS - Administração e Gestão de

Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e

Luságua - Gestão de Águas, S.A.

Somague Ambiente, SGPS

Participação:

39,9997%

39,9997%

20,0000%

0,0003%

0,0003%

3.3 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. Miguel Peter Gomes Tönnies

Vice-presidente: Dra. Catarina Alexandra Machado Pragosa

Secretária: Dra. Susana Daniela Simões da Silva Braga

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Fernando Salvador Marques

Vogais: Dr. José Enrique Castiblanques Tena

Eng.ª Alice Isabel Madeira Ganhão

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

Sr. João Cerejo Pragosa

Fiscal Único

“Ernest & Young” Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,
representada por:

Dr. João Carlos Miguel Alves

Dr. Rui Abel Serra Martins (Vogal ROC Suplente)

Relatório e Contas
2010

Relatório e Contas
2010

R.
S.
g.
f.
h.



4.

Missão e
Posicionamento
Estratégico

Relatório e Contas
2010



4. Missão e Posicionamento Estratégico

4.1 Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua actividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

4.2 Visão

Ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço nos próximos 3 anos.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3 Valores

Com uma cultura própria, os Accionistas da Águas de Alenquer têm sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos inculcar essa cultura através da assunção dos seguintes valores para as nossas empresas participadas:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

4.4 Objectivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da Águas de Alenquer na comunidade Alenquerense.

Relatório e Contas 2010

Recursos Humanos:

- Optimizar a formação dos colaboradores da empresa ultrapassando as 35 horas por colaborador e por ano previstas na lei;
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Cumprir o plano de investimentos e de manutenção previsto;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Assegurar a inexistência de extravasamentos de águas residuais domésticas na rede de saneamento;
- Redução das perdas de água na rede de abastecimento.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Promover a implementação de uma nova estrutura tarifária mais adequada aos interesses dos nossos clientes;

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Optimizar os custos da estrutura;

Qualidade:

- Promover a melhoria contínua;
- Manter a certificação da Qualidade, Ambiente e Segurança.

Relatório e Contas
2010



5.

Síntese da
Actividade 2010

Relatório e Contas
2010



5. Síntese da actividade de 2010

5.1 Factos Relevantes

Resumem-se os factos mais relevantes ocorridos em 2010 com implicação no negócio e na situação global da empresa:

- Cheias do Rio Alenquer em Março de 2010 que implicou a destruição parcial de algumas infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento;
- Variação tarifária desfavorável da Concessionária do Sistema Multimunicipal, de sinal contrário à variação do tarifário da Águas de Alenquer;
- Aumento do peso relativo dos consumidores domésticos relativamente aos consumidores não domésticos, reflexo de uma degradação do tecido empresarial local;
- Redução do consumo médio por utilizador;
- Severidade dos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água que implicaram perturbações significativas no regular fornecimento de água e condicionaram o rendimento da rede em conjunto com as cheias no Rio Alenquer;
- Internalização dos serviços externos com um aumento das competências internas e adequação da equipa e dos meios operacionais;
- Implementação do sitio www.aguasdealenquer.pt
- Participação no Programa PPEC 2009-2010 da ADENE - AGÊNCIA PARA A ENERGIA para Fornecimento de variadores electrónicos de velocidade e prestação de serviços de monitorização energética, com vista à racionalização dos consumos energéticos nas estações elevatórias de água;
- Conclusão do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Alenquer.

5.2 Envolvente Exterior

5.2.1 Enquadramento Macroeconómico

Geral

Em 2010, a economia mundial terá recuperado em sequência da contracção global prolongada, ainda que a sustentabilidade desta recuperação permaneça rodeada de elevada incerteza. Por um lado, o estímulo decorrente das políticas de apoio sem precedentes adoptadas pelas autoridades monetárias e governamentais já terá atingido o seu impacto máximo, tendendo a mitigar-se no futuro próximo. Por outro lado, desde o final de 2009, observou-se uma diferenciação significativa do risco soberano em várias economias da área do euro, incluindo Portugal. Esta situação afectou essencialmente os países que conjugaram aumentos substanciais e não antevistos dos défices e da dívida pública com um conjunto de fragilidades de natureza estrutural, nomeadamente em termos do grau de endividamento externo, do crescimento tendencial da economia ou da robustez do sistema bancário.

Relatório e Contas 2010

Durante o ano de 2010, o Conselho do **Banco Central Europeu (BCE)** manteve as taxas de juro oficiais inalteradas: a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 1% e as taxas de juro das facilidades permanentes de depósito e de cedência marginal em 0,25% e 1,75%, respectivamente.

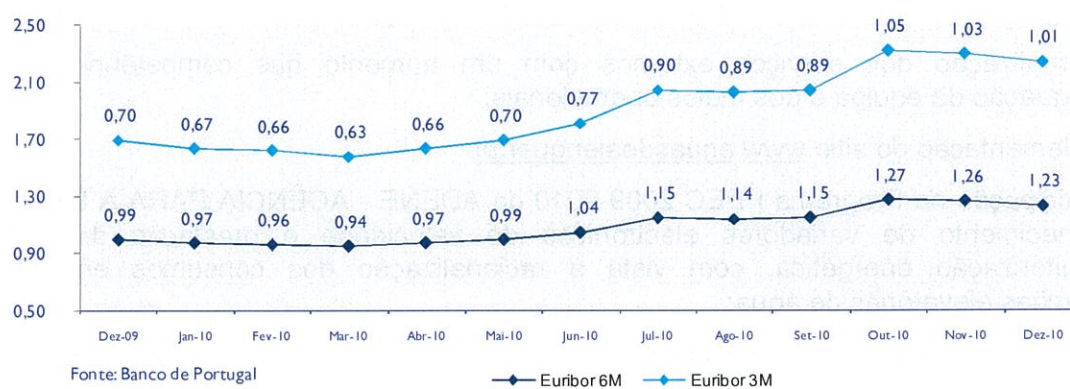
	2008	2009	2010
Euribor 1M	2,60%	0,45%	0,78%
Euribor 3M	2,89%	0,70%	1,01%
Euribor 6M	2,97%	0,99%	1,23%
Euribor 12M	3,05%	1,25%	1,51%

Fonte: Banco de Portugal (valores de fim de período)

(Quadro anterior: *Varição da Euribor nos últimos 3 anos*)

Ao longo de 2010 a Euribor 3M aumentou 0,31 pontos percentuais e a Euribor 6M aumentou 0,24 pontos percentuais face a 2009

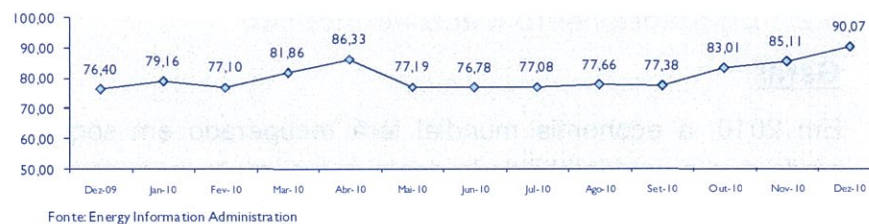
Evolução da Euribor 3M e 6M



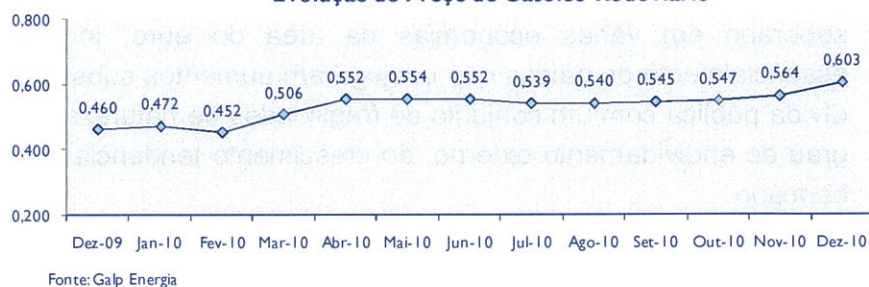
Ao longo de 2010 o preço internacional do petróleo em dólares registou uma subida de 20% (ver gráfico):

A variação do preço do petróleo teve um reflexo directo no preço do gasóleo rodoviário que registou em 2010 uma variação de cerca de 31% face a 2009 (ver gráfico).

Evolução do Preço do Petróleo



Evolução do Preço do Gasóleo Rodoviário



Relatório e Contas

2010

Portugal

Em 2010, a economia portuguesa registou uma melhoria, nomeadamente na aceleração assinalável dos fluxos de comércio internacional e do crescimento do PIB de 1,4%, após uma variação negativa de 2,5% observada em 2009. Por seu turno a taxa de inflação situa-se em 1,4%, após a queda registada em 2009 (quadro junto).

O consumo privado voltou a apresentar um crescimento superior ao do PIB, sendo de destacar a aceleração particularmente acentuada do consumo de bens duradouros. Por seu turno verifica-se um forte crescimento das exportações – acima da procura externa dirigida às empresas portuguesas.

Em 2010, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 1,4% (-0,8% no ano anterior).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia) registou um aumento de 1,4% face ao ano anterior. De acordo com a última estimativa disponível sobre a evolução dos preços na Zona Euro, o resultado alcançado em Portugal situa-se 0,2 pontos percentuais acima da média estimada para a totalidade de países da Zona Euro.

A taxa média de desemprego em 2010 prosseguiu a tendência observada na última década, fixando-se num máximo histórico de 10,8%, contra os 9,5% registados em 2009, o que constitui um aumento de 1,3 pontos percentuais.

O indicador de consumo em 2010 apresentou uma evolução crescente principalmente no último trimestre, associado à antecipação das compras de bens duradouros, devido ao pré-anunciado aumento da taxa normal de IVA em 2 pontos percentuais e do Imposto Sobre Veículos a partir do início de 2011, mas também ao fim do incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida não exclusivamente eléctricos.

	Taxa de Variação Anual		
	2008	2009	2010
PIB	0,0%	(2,5%)	1,4%
IPC	2,6%	(0,8%)	1,4%
Desemprego	7,6%	9,5%	10,8%
Consumo Privado	1,8%	(1,0%)	2,0%
Consumo Público	0,8%	3,4%	3,2%
Exportações	(0,3%)	(11,7%)	8,7%
Importações	2,8%	(10,6%)	5,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE

	Índices (Base 100 = 1998)		
	2008	2009	2010
Muito Alta Tensão	108	115	118
Alta Tensão	115	122	126
Média Tensão	117	124	128
Baixa Tensão Especial	128	135	139
Baixa Tensão Normal	115	120	124

Fonte: ERSE

Relativamente ao comércio internacional, observa-se um crescimento de volume de exportações de bens e serviços em 2010 de 8,7%, após uma queda de 11,7% no ano anterior

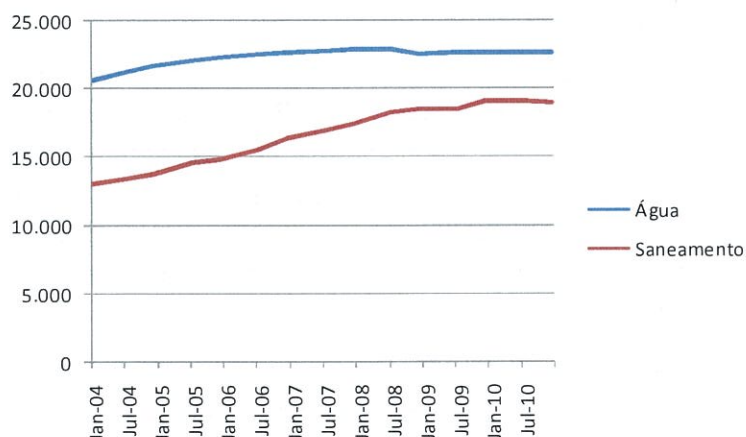
A evolução das tarifas de energia eléctrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis (ver quadro junto).

Relatório e Contas 2010

5.2.2 Enquadramento Comercial

Clientes de água e saneamento

No ano de 2010 verificou-se uma estabilização do número de clientes, sendo as variações verificadas justificadas pela redução de clientes industriais, anulação de alguns pontos de consumo municipais e reclassificação de clientes. Será de referir que 50% dos clientes da Águas de Alenquer estão localizados nos centros urbanos de Alenquer e Carregado, sendo os restantes clientes distribuídos pelas 13 freguesias não urbanas. Apesar da estabilização do número de clientes, verifica-se uma redução do peso relativo dos clientes industriais relativamente aos clientes domésticos, resultante da degradação do tecido empresarial no município.



O gráfico anterior apresenta a evolução semestral do número de cliente de água e de saneamento.

No seguimento da melhoria contínua dos procedimentos internos da empresa, manteve-se a tendência de redução do prazo médio de resposta a reclamações, promovendo assim um melhor relacionamento com os clientes. Apesar da estabilização do número de reclamações recebidas, verifica-se uma redução do número de reclamações relacionadas com a qualidade do serviço em detrimento de um aumento do número de reclamações relativas ao preço do serviço, que representam cerca de 30% das reclamações recebidas. De referir ainda que 78% das reclamações apresentadas foram indeferidas.

Indicadores Gestão de Reclamações	2008	2009	2010
Registo de Reclamações	207	144	146

No quadro seguinte são apresentados alguns valores que caracterizam a actividade no período 2008-2010, com uma tendência de quebra do consumo médio mensal.

Indicadores Gestão de Clientes – Água	2008	2009	2010
Consumo Médio Mensal - (m ³ /cliente/mês)	10,55	10,65	10,23
Factura Média Mensal - (€)	23,93	24,88	24,03
Novos Contratos - (un.)	677	752	642
Baixas de Contratos - (un.)	1.014	663	665
Cortes Efectuados Média Mensal- (un.)	265	190	152

Na aproximação aos clientes é de realçar a criação do sítio da Águas de Alenquer, veículo preferencial de comunicação com os clientes.



5.2.3 Enquadramento Interno do Sector

Captação, Tratamento e Distribuição de Água

Durante o ano de 2010, o volume de água entrada no sistema de distribuição foi de 3.822.355 m³, sendo inferior em 1,5% (-60.132m³) ao verificado em 2009. Do volume entrado no sistema, 3.745.917 m³ foram adquiridos à Águas do Oeste, 75.767 m³ produzidos em captações do município em exploração pela Águas de Alenquer e 671 m³ adquiridos ao Concelho de Arruda dos Vinhos.

O volume de água facturado em 2010 foi de aproximadamente 2,77 x 10⁶ m³, o que representa uma contracção nos consumos de aproximadamente 4,0% (3,5% nos consumos no concelho de Alenquer). Na distribuição por tipo de consumidor, os consumidores Domésticos representaram cerca de 68,5% do volume facturado, o Comércio/Industria 20,8% e a Autarquia 5,2%. Os restantes 4,5% são distribuídos por outros consumidores. Verifica-se relativamente a 2009 um maior peso dos consumos não domésticos.

O volume de água perdida no sistema de abastecimento de água cresceu cerca de 6,1% (+62 x 10³ m³) em relação ao verificado em 2009, contabilizando 1,04 x 10⁶ m³. O rendimento da rede de abastecimento de água em 2010 foi de 72,8%, fortemente influenciado pelos danos sofridos nas cheias do Rio Alenquer em Março de 2010.

No ano de 2010 foi integralmente cumprido o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, tendo sido realizadas 1.828 determinações a parâmetros de qualidade da água, de acordo com o programa de colheitas estabelecido.

Todas as análises foram efectuadas em laboratório acreditado, tendo-se verificado apenas duas violações paramétricas no mesmo ponto de entrega e no mesmo local (violação 0,1% da totalidade dos parâmetros analisados). As análises de confirmações efectuadas foram negativas.

O sistema de abastecimento de água em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 678 km de condutas do sistema de abastecimento de água, 62 reservatórios, com uma capacidade acumulada de 18 x 10³ m³ e 41 estações sobreprensoras.

Recolha, Transporte e Tratamento de Efluentes

Durante o ano de 2010 o volume de água residual facturado pela Águas de Alenquer foi de 2,02 x 10⁶ m³, sendo o volume registado à entrada das instalações de tratamento da Águas do Oeste de 3,51 x 10⁶ m³. A diferença nos caudais facturados e registados é devida às aflúncias indevidas ao sistema, fortemente influenciadas pelas características do ano hidrológico.

Relatório e Contas 2010

A facturação da Águas do Oeste foi realizada pelos caudais mínimos previstos no Contrato de Recolha, ou seja $2,26 \times 10^6 \text{ m}^3$.

O sistema de saneamento em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 414 km de colectores e condutas elevatórias e 11 estações elevatórias de águas residuais.

O tratamento de efluentes foi integralmente assegurado pela Águas do Oeste, situação que se verifica desde Julho de 2005.

Trabalhos de Manutenção

Para além das actividades programadas de manutenção da rede de abastecimento de água, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias e órgãos acessórios da rede, foram realizadas 365 intervenções de reparação de condutas, 166 reparações de ramais domiciliários e 316 reparações em acessórios de contadores e olhos-de-boi.

No sector de saneamento procedeu-se à limpeza preventiva de 188 km de colectores de saneamento, procurando assim minorar as avarias no sistema. Realizaram-se durante o ano de 2010 166 desobstruções na rede de colectores e 85 desobstruções em ramais domiciliários.

Foi efectuado o despejo de 242 fossas sépticas tendo sido recolhidos aproximadamente 1.623 m^3 de lamas das respectivas fossas.

Outras Actividades

Ao longo do ano de 2010 deram entrada e foram objecto de parecer técnico 143 projectos de redes prediais de moradias/edifícios e de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais de loteamentos. Foram efectuados 157 orçamentos para ramais de água e 33 orçamentos para ramais de saneamento.

Durante o ano de 2010 foi realizada a limpeza, desinfecção e higienização de todos os reservatórios do sistema de abastecimento de água.

Foram criadas 6 novas zonas de medição e controlo (ZMC) e foram colocadas na rede duas novas válvulas reductoras de pressão (VRP). Com a realização destes pontos de monitorização e controlo passaram a existir 72 ZMC e 55 VRP instaladas na rede.

Quanto a matérias ambientais, é de referir cinco descargas de águas residuais por colapso infra-estrutural em resultado das cheias do Rio Alenquer verificadas em Março de 2010. Estas cinco descargas foram de imediato comunicadas à ARH Tejo (Administração da Região Hidrográfica do Tejo I.P.) no integral cumprimento da legislação aplicável. Para eliminar estas descargas foram

tomadas medidas urgentes, de carácter provisório, através da criação de *by-pass* na zona afectada até ao restabelecimento definitivo das infra-estruturas.

De destacar que a Águas de Alenquer através dos sistemas de micro geração, instalados nas suas instalações, evitou a emissão de $18,2 \times 10^3$ toneladas de CO₂, produzindo 96% das suas necessidades energéticas em termos de instalações operacionais (loja e armazém).

Em termos de Investigação e Desenvolvimento será de destacar a participação em dois protocolos de cooperação:

- Com o Instituto da Água, I.P. e o Município de Alenquer no âmbito do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) para a “Melhoria dos métodos de operação e gestão de sistemas de rega em espaço verdes”;
- Com a Hubel – Indústria da Água, Ambiente e Obras Públicas, S.A. para “Ensaio de contador ultra sónico – Octave”.

Esta cooperação não teve qualquer encargo financeiro para a empresa.

5.2.4 Regulação

Em Março de 2010 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer o relatório de anual de exploração e gestão, referente ao ano de 2009, e a 15 de Setembro foi apresentado o relatório semestral relativo à actividade desenvolvida entre Março e Setembro de 2010, dando assim cumprimento ao estipulado nas cláusulas 82^a e 83^a do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2010 manteve-se o relacionamento positivo com a Câmara Municipal de Alenquer, tendo a Concedente promovido diversas acções de acompanhamento da actividade comercial e operacional, das quais resultaram sugestões e oportunidades de melhoria acolhidas e implementadas. Neste âmbito, é de destacar a realização de reuniões mensais de acompanhamento entre a Administração Executiva da empresa e o Director Municipal responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Concessão.

O tarifário de 2010 foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Alenquer de 26 de Abril e obteve parecer prévio favorável por parte da Entidade Reguladora. Entrou em vigor Junho de 2010.

No dia 24 de Julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88^a do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, foi estabilizada no final de Dezembro uma minuta de aditamento ao contrato de concessão e um projecto de novo caso base que se encontram em apreciação pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos.

Relatório e Contas

2010

Durante o mês de Setembro foi apresentado à Entidade Reguladora o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano de 2011, tendo merecido a sua aprovação em “alta” e em “baixa”. O Plano aprovado para o ano de 2010 foi cumprido na íntegra.

A Águas de Alenquer foi auditada pela entidade reguladora no âmbito da avaliação anual da qualidade do serviço prestado aos utilizadores e no âmbito do Plano de Controlo de Qualidade da Água.

O cumprimento do Contrato de Concessão foi igualmente alvo de uma Auditoria por parte da Inspeção Geral de Finanças, que fiscalizou o controlo financeiro da eficiência económica e dos riscos das obrigações contratuais assumidas pelo Município.

O tarifário praticado em 2010 é apresentado nos quadros seguintes. Aos valores indicados é aplicável IVA à taxa de 6% para os serviços de água e saneamento e de 21% para outros serviços.

Quota de Serviço		Tarifas de Água em m3	
Calibres		Consumos domésticos	
Até 15 mm	3,6393	1º Escalão (0 a 6 m3 / mês)	0,5469
Até 20 mm	4,8559	2º Escalão (7 a 15 m3 / mês)	0,8334
Até 25 mm	6,0723	3º Escalão (mais de 15 m3 / mês)	1,6421
Até 30 mm	8,4848		
Até 40 mm	10,8973	Comercial e Industrial	
Até 50 mm	24,2378	1º Escalão (0 a 50 m3 / mês)	1,2164
Até 60 mm	27,2792	2º Escalão (mais de 50 m3 / mês)	1,6509
Até 70 mm	30,3101		
Até 80 mm	36,3515	Administração Central	
Até 100 mm	48,4756	Escalão Único	1,6340
Até 125 mm	54,5479		
Até 150 mm	72,7237	Inst. de Benef., Ass. Culturais, Desportivas, Recreativas e Autarquias	
Até 200 mm	96,9615	1º Escalão (0 a 6 m3 / mês)	0,0000
Maior que 200 mm	96,9615	2º Escalão (7 a 15 m3 / mês)	0,5631
		3º Escalão (mais de 15 m3 / mês)	1,2893
		Pensionistas e Reformados	
		1º Escalão (0 a 6 m3 / mês)	0,0000
		2º Escalão (7 a 15 m3 / mês)	0,8334
		3º Escalão (mais de 15 m3 / mês)	1,6421
		Outros	
		Regas agrícolas e obras	1,6509
		Tarifas de Saneamento	
		Percentagem sobre o valor devido pela Quota de Serviço	100%
		Percentagem sobre o valor devido pela Venda de Água	119%

Taxas por Outros Serviços**Água**

Vistoria	
Habitação (por fogo e anexos)	91,1362
Outros Fins	91,1362
Colocação ou mudança de local de contador	30,3719
Ligação à rede de distribuição de água	24,3099
Tarifa de aferição de contador se solicitada	91,1362
Restabelecimento de ligação de água	48,6094
Verificação extraordinária de contadores	24,3099

Saneamento

Ligação	
Habitação (por fogo e anexos)	24,3099
Outros Fins	24,3099
Vistoria	
Habitação (por fogo e anexos)	91,1362
Outros Fins	91,1362
Desobstrução (por cada hora ou fracção)	60,7643
Limpeza de fossas (por cada carga de 3 m3)	
Zonas sem rede pública	42,5371
Zonas com rede pública	85,0536
Municípios não consumidores	85,0536

**5.3 Estrutura Organizacional****5.3.1 Organograma**

O organograma da Águas de Alenquer apresenta a seguinte estrutura:



Relatório e Contas 2010

5.3.2 Formação

O plano de formação anual decorreu com normalidade, sendo de destacar as acções de formação realizadas em parceria com a ACICA – Associação de Comercial e Industrial do Concelho de Alenquer.

Em termos de carga horária por trabalhar verificou-se uma média de 35 h de formação por colaborador.

Formação 2010	N.º de Horas
A Transição para a Norma ISSO 9001:2008	24
Acção de Sensibilização (Qualidade, ambiente e segurança)	321
Acção de Sensibilização (Roubos de Água / Situações de Fraude)	32
Curso de socorrista, brigadas de incêndio e evacuação - CBS - Cuidados Básicos de Saúde	25
Formação - Execução de Ramais em carga	44
Formação Cadastro - Portátil	8
Formação Excel	275
Formação Telegestão - Manual da Telegestão - Prédiagnóstico/Visualização/Acções a realizar	24
Formação Word	300
Manobrador de máquinas ligeiras - Operação segura inicial de retroescavadoras	96
Seminário de Baixa Tensão: Legislação, soluções e novas ferramentas de dimensionamento ABB	8
Seminário ERSAR "Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Águas e Resíduos	7
	1.164

5.3.3 Recursos Humanos

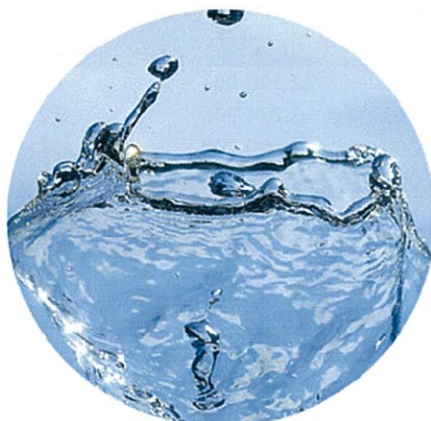
O quadro de pessoal da Águas de Alenquer é composto por 30 colaboradores, dos quais 3 em regime de requisição à CMA, 6 em regime de trabalho temporário e 2 em regime de prestação de serviço. O crescimento do número de colaboradores está directamente associado à internalização dos serviços realizados em regime de *outsourcing*.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 4,5 anos.

A estrutura dos colaboradores da Empresa é distribuída da seguinte forma: homens 80% e mulheres 20%, com distribuição por faixa etária apresentada na tabela junta.

Faixa Etária	N.º de Colaboradores		
	2008	2009	2010
20 - 24	4	7	5
25 - 29	6	5	8
30 - 34	2	3	4
35 - 39	2	3	5
40 - 44	5	2	2
45 - 49	0	1	2
50 - 54	1	2	1
mais de 55	2	2	3
	22	25	30

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores por habilitações literárias, sendo de destacar que 75% dos colaboradores da empresa possui o 12º ano de escolaridade ou superior.



Habilitações Literárias	N.º de Colaboradores		
	2008	2009	2010
Ensino Superior	4	4	4
Bacharelato	1	1	1
12.º Ano	14	16	17
10.º Ano	-	-	1
Ensino Básico	3	4	7
	22	25	30

No ano de 2010 não se verificaram acidentes de trabalho.

5.3.4 Regras Societárias

O Conselho de Administração reúne normalmente uma vez por mês nas instalações da Águas de Alenquer e para qualquer deliberação necessita de 2 assinaturas.

Foram conferidas funções executivas a um dos administradores, através de procuração, com poderes de gestão corrente, *plafonds* de aprovação de investimento e despesa e de celebração de contratos com terceiros até determinados limites.

A administração executiva realiza reuniões internas uma vez por semana com os directores de todas as áreas da empresa para complementar a gestão da empresa. Os directores reúnem mensalmente com os seus colaboradores.

5.4 Desempenho da Empresa

Conforme analisado anteriormente, os resultados operacionais da Águas de Alenquer apresentaram uma evolução menos favorável face ao ano transacto, em larga medida justificado pela menor venda de água e saneamento. No entanto, e apesar desta variação desfavorável, é de salientar a redução de gastos verificada durante o ano de 2010, o que permitiu melhorar o resultado financeiro e o resultado líquido do exercício. O desempenho financeiro da empresa foi também afectado pela variação tarifária da Concessionária do Sistema Multimunicipal, de sinal contrário e desfavorável relativamente à variação tarifária da Águas de Alenquer.

Neste exercício é ainda de destacar a alteração do referencial contabilístico de POC para SNC.

Relatório e Contas

2010

	2008	2009	2010	Var. 09/10
	Euros	Euros	Euros	%
Activo Líquido	33.752.929	23.232.908	22.140.051	-4,7%
Capitais Próprios	2.574.939	3.766.063	3.774.296	0,2%
Capital Social	15.000.000	1.500.000	1.500.000	-
Passivo Remunerado	12.300.000	11.286.076	10.095.201	-10,6%
<i>Divida Líquida (1)</i>	<i>0,83</i>	<i>0,73</i>	<i>0,70</i>	-
<i>Estrutura Financeira (2)</i>	<i>4,94</i>	<i>2,67</i>	<i>2,34</i>	-
<i>Autonomia Financeira (3)</i>	<i>7,63%</i>	<i>16,21%</i>	<i>17,05%</i>	-
Rendimentos Operacionais	7.506.268	7.249.788	7.157.700	-1,3%
EBITDA	1.567.760	1.210.256	1.093.302	-9,7%
<i>Margem EBITDA (4)</i>	<i>20,89%</i>	<i>16,69%</i>	<i>15,27%</i>	-8,5%
EBIT	434.926	531.030	278.775	-47,5%
<i>Margem EBIT</i>	<i>5,79%</i>	<i>7,32%</i>	<i>3,89%</i>	-46,8%
Res. Financeiro	-968.280	-559.169	-232.802	-58,4%
Res. Líquido	-118.855	-62.799	18.221	-129,0%

(1) - D/(D+E)

(2) - D/E

(3) -Cap Próprios/ Act. Líq. Total

(4) - EBITDA/ Rendimentos Operacionais

Ano 2008 em POC

A Águas de Alenquer apresentou pela primeira vez em 2010 um resultado líquido do exercício positivo, que ascende a 18.221 Euros.

5.5 Análise Económico Financeira

5.5.1 Análise de Gastos e Rendimentos

Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais antes de amortizações ascenderam a 5.988.296 Euros, representando um decréscimo de 0,5% face ao período homólogo.

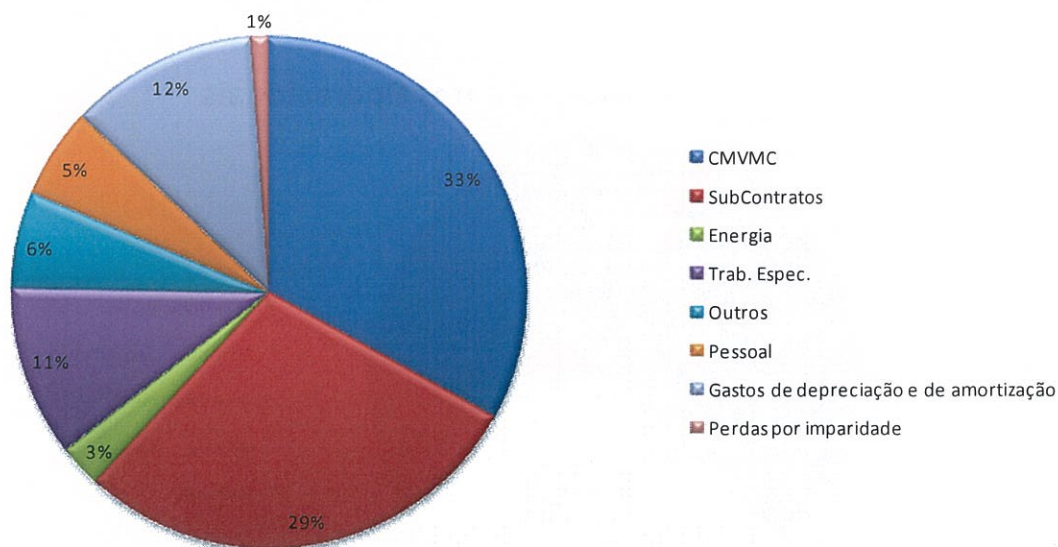
No global, o aumento dos Gastos Operacionais ascendeu a 160.167 Euros, acréscimo de 2,4% face ao ano transacto, justificado pela alteração do critério das taxas de amortização e por um aumento das perdas por imparidade.

Relatório e Contas 2010

Gastos Operacionais	2008 POC euros	2009 euros	2010 euros	Peso %	Var. 09/10 %
CMVMC	2.250.762	2.265.022	2.274.082	33,1%	0,4%
SubContratos	863.868	1.953.211	1.981.508	28,8%	1,4%
Energia	216.400	177.380	183.614	2,7%	3,5%
Trab. Espec.	1.839.352	827.218	739.913	10,8%	-10,6%
Outros	478.528	454.814	419.221	6,1%	-7,8%
Pessoal	315.759	341.227	389.958	5,7%	14,3%
SubTotal	5.964.188	6.018.871	5.988.296	87,1%	-0,5%
Gastos de depreciação e de amortização	1.103.501	679.226	814.526	11,8%	19,9%
Perdas por imparidade	3.653	20.661	76.102	1,1%	268,3%
Total	7.071.342	6.718.758	6.878.924	100,0%	2,4%

O peso relativo dos Gastos Operacionais antes de amortizações e depreciações é detalhado no gráfico seguinte, sendo de destacar o peso relativo da compra de água e tratamento de efluentes decorrentes dos contratos de fornecimento e recolha celebrados entre o Município de Alenquer e a Águas do Oeste (55%).

Gastos Operacionais



Relatório e Contas

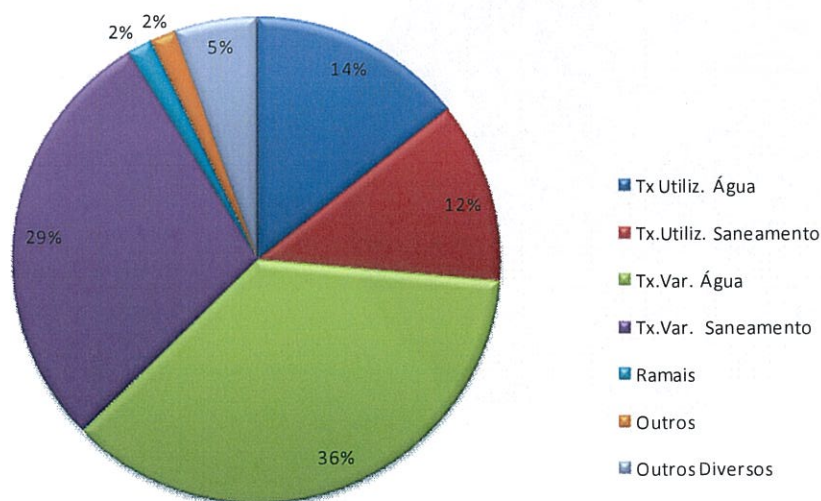
2010

Rendimentos Operacionais

Durante o exercício, os Rendimentos Operacionais totais ascenderam a 7.157.700 Euros, representando um decréscimo de 92.088 Euros em relação ao valor registado no final do ano anterior, derivado da menor venda de água.

Rendimentos Operacionais	2008 POC euros	2009 Euros	2010 Euros	Peso %	Var. 09/10 %
Tarifa Utilização	1.742.130	1.851.511	1.891.222	26,4%	2,1%
Tx Utiliz. Água	972.269	1.018.292	1.027.333	14,4%	0,9%
Tx.Utiliz. Saneam ^{to}	769.861	833.220	863.890	12,1%	3,7%
Tarifa Volumétrica	4.743.777	4.916.414	4.639.426	64,8%	-5,6%
Tx.Var. Água	2.685.219	2.804.716	2.588.803	36,2%	-7,7%
Tx.Var. Saneam ^{to}	2.058.558	2.111.698	2.050.623	28,6%	-2,9%
Outros serviços	297.235	227.021	236.752	3,3%	4,3%
Ramais	131.346	90.711	116.928	1,6%	28,9%
Outros	165.888	136.310	119.824	1,7%	-12,1%
O. Diversos	723.125	254.842	390.299	5,5%	53,2%
Total	7.506.268	7.249.788	7.157.700	100,0%	-1,3%

Rendimentos Operacionais



Relatório e Contas

2010

5.5.2 Análise do Balanço

	2009	2010	Var. 09/10
	Euros	Euros	%
Activo			
Activo não corrente	18.657.228	17.933.431	-4%
Activo corrente	4.575.680	4.206.620	-8%
Inventários	99.363	102.474	3%
Dívida de Terceiros	2.987.782	3.163.038	6%
Diferimentos	0	14.864	-
Caixa e depósitos bancários	1.488.535	926.245	-38%
Total	23.232.908	22.140.051	-5%
Capital Próprio	3.766.063	3.774.296	0%
Passivo	19.466.844	18.365.756	-6%
Passivo não corrente	11.048.964	9.731.851	-12%
Passivo corrente	8.253.522	8.479.265	3%
Diferimentos	164.358	154.640	-6%
Total	23.232.907	22.140.051	-5%

O activo líquido da concessão atingiu no final do exercício de 2010 os 22.140.051 Euros, um valor que é inferior em 5% ao valor registado em 2009. O passivo total registou um decréscimo de 6% atingindo os 18.365.756 Euros. Por outro lado, os Capitais Próprios cresceram 0,2% atingindo 3.774.296 Euros.

	2009	2010	Var. 09/10
	Euros	Euros	%
Activos fixos tangíveis	222.995	237.519	7%
Activos Intangíveis	17.958.464	17.323.126	-4%
Activos por impostos diferidos	475.769	372.786	-22%

	2009	2010	Var. 09/10
	Euros	Euros	%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	0%
Prestações Acessórias	2.690.000	2.690.000	0%
Financiamento Bancário MLP	9.840.000	8.610.000	-13%
Total	14.030.000	12.800.000	-9%
Caixa e depósitos bancários	1.488.535	926.245	-38%
Total	12.541.465	11.873.755	-5%

Relatório e Contas

2010

5.5.3 Indicadores Económico-Financeiros

Financeiro	2009 Euros	2010 Euros	Var. 09/10 %
Capital Social	1.500.000	1.500.000	0%
Activo Líquido	23.232.908	22.140.051	-5%
Activos por impostos diferidos	475.769	372.786	-22%
Volume de Negócios (€)	6.994.946	6.767.401	-3%
Volume de Negócios / Cliente (€)	309	299	-3%
Resultado Antes de Impostos (€)	-28.139	45.973	-263%
Resultado Líquido do Exercício (€)	-62.799	18.221	-129%
EBITDA (€)	1.210.256	1.093.302	-10%

Rácios de Rentabilidade	Rentabilidade dos Capitais próprios	0,005
	Rentabilidade das Vendas	0,003
	Rentabilidade do Activo	0,013
Rácios de endividamento	Rácios de endividamento	0,701
Rácios de Estrutura	Autonomia Financeira	0,170
	Solvabilidade	0,206
	Estrutura de Capitais	4,866
Rácios de Liquidez	Liquidez geral	0,496
	Liquidez reduzida	0,482
	Liquidez imediata	0,109

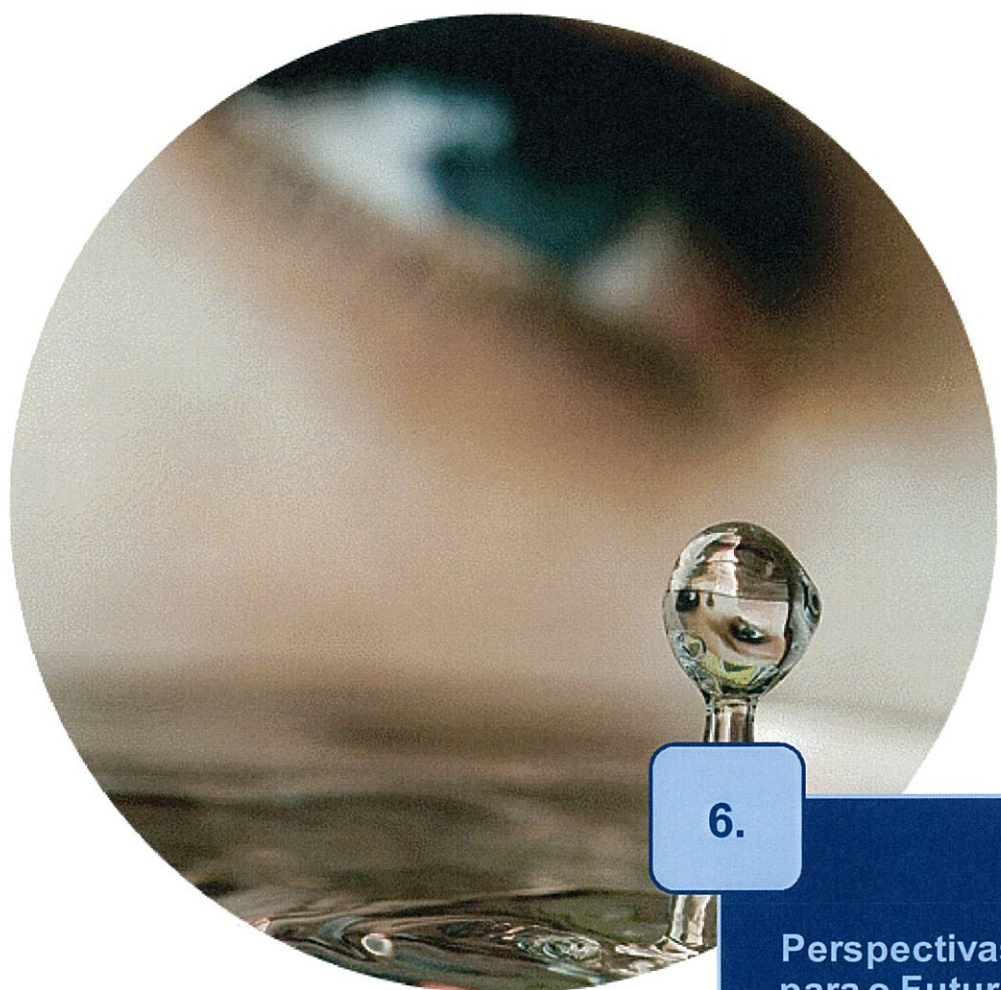
5.5.4 Investimentos

No final de 2008, a Águas de Alenquer terminou a execução física do Plano de Investimentos referente à rede de drenagem de águas residuais, com a execução de 82,26km de colector, 5 estações elevatórias de águas residuais, 2.202 ramais e 6 novos reservatórios de água.

Em 2010 a Águas de Alenquer investiu 150.717 € em infra-estruturas, distribuídos da seguinte forma:

- Criação de seis Zonas de Medição e Controlo (ZMC): 21.948 €;
- Instalação de 2 Válvulas Redutoras de Pressão (VRP): 11.431 €;
- Substituição dos depósitos de membrana em estações elevatórias de água: 3.867 €;
- Substituição das bombas recirculadoras do sistema de cloragem: 3.222 €;
- Reforço da reserva em Casais da Pedreira 1.426€;
- Reposição de infra-estruturas afectadas nas cheias de Março 2010: 58.220 €;
- Reposição de infra-estruturas devido a incrustações de calcário: 34.973 €;
- Instalação de telecomando entre o reservatório de Canados / furo Fiandal: 1.665 €;
- Aquisição e instalação de variadores de velocidade, no âmbito do Programa ADENE em três estações elevatórias de água: 13.965 €.

Relatório e Contas
2010



6.

Perspectivas
para o Futuro

Relatório e Contas
2010

6. Perspectivas para o Futuro

A Águas de Alenquer pretende:

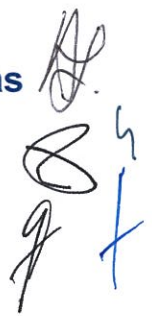
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Município de Alenquer, assumindo-se como uma das empresas concessionárias de abastecimento de água e recolha de águas residuais de referência no mercado português;
- Maximizar a criação de valor, garantindo um quadro de sustentabilidade a longo prazo;
- Promover uma cultura de melhoria contínua sustentada numa gestão eficiente dos recursos e assente numa adequada estrutura organizativa;
- Apostar na formação dos recursos humanos;
- Criar competências que nos distingam na gestão dos nossos clientes, melhorando a imagem da empresa perante a sociedade;
- Ser uma empresa ambientalmente responsável, contribuindo para a melhoria e preservação do meio ambiente.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afectar significativamente a situação da Águas de Alenquer, referenciamos:

- Finalização do processo negocial de revisão do Contrato de Concessão;
- Posicionamento da Concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Evolução das taxas de juro e variação dos preços de energia e combustíveis;
- Retracção de consumos devido à conjuntura económico-financeira.

Relatório e Contas
2010

Relatório e Contas
2010



Relatório e Contas
2010



7. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que de uma forma directa ou indirecta colaboraram na prossecução dos objectivos da Empresa, nomeadamente:

- À Câmara Municipal de Alenquer, cuja colaboração foi preciosa;
- Aos seus accionistas, pelas orientações recebidas e pelo importante acompanhamento que sempre prestaram;
- A todos os colaboradores da empresa e dos seus accionistas, pela competência e dedicação demonstradas;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa, pela colaboração sempre dispensada;
- Aos fornecedores, pela colaboração na prossecução dos objectivos da Empresa.

8. Outras Informações

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2010;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores no exercício de 2010;
- A sociedade não tem sucursais.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que do Resultado Líquido do exercício de 2010, positivo no valor de 18.221 Euros, sejam transferidos 5% para Reservas Legais (911 Euros) e o remanescente para a conta de Resultados Transitados.

Relatório e Contas
2010

A.
g B k
h



10.

Demonstrações
Financeiras do
Exercício de 2010
e
Respectivo Anexo

Relatório e Contas
2010

Relatório e Contas

2010

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010 e Respectivo Anexo

10.1 Balanço



AdA - Águas de Alenquer, S.A.
Rua Sacadura Cabral, n.º 22 C R/
2580-371 Alenquer
N.º Contribuinte 506 353 397

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2010

Euro

RUBRICAS	Notas	31.12.2010	31.12.2009
ACTIVO			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	237.519	222.995
Activos intangíveis	7	17.323.126	17.958.464
Activos por impostos diferidos	13	372.786	475.769
Total de Activos não Correntes		17.933.431	18.657.228
Corrente			
Inventários	9	102.474	99.363
Clientes	14	1.887.647	1.997.165
Estado e outros entes públicos	16	119.361	158.586
Outras contas a receber	14	1.156.029	832.030
Diferimentos	16	14.864	0
Caixa e depósitos bancários	4	926.245	1.488.535
Total de Activos Correntes		4.206.620	4.575.680
Total do Activo		22.140.051	23.232.908
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	3	1.500.000	1.500.000
Outros instrumentos de capital próprio	3	2.690.000	2.690.000
Reservas legais	3	263	263
Resultados transitados	3	-434.188	-361.400
Resultado líquido do período		18.221	-62.799
Capital próprio atribuível ao grupo		3.774.296	3.766.063
Total do Capital próprio		3.774.296	3.766.063
PASSIVO			
Não corrente			
Financiamento Obtidos	14	8.830.482	10.056.076
Passivos por impostos diferidos	13	390.062	480.774
Outras contas a pagar	14	511.307	512.114
Total do Passivo não Corrente		9.731.850	11.048.964
Corrente			
Financiamento Obtidos	14	1.264.720	1.230.000
Fornecedores	14	5.798.011	5.622.263
Estado e outros entes públicos	16	10.700	9.648
Outras contas a pagar	14	1.405.834	1.391.612
Diferimentos	16	154.640	164.358
Total do Passivo Corrente		8.633.905	8.417.880
Total do Passivo		18.365.756	19.466.844
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		22.140.051	23.232.908

Simão António da Costa
Alves Isabel M. da C. G. B.
Luís
Alves António

SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25368
Contrib. N.º 194 191_052

Sérgio Malino

10.2 Demonstração dos Resultados

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Euro

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	6.767.401	6.994.946
Trabalhos para a própria entidade	10	132.560	115.060
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-2.274.082	-2.265.022
Fornecimentos e serviços externos	16	-3.319.636	-3.406.130
Gastos com o pessoal	16	-389.958	-341.227
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-76.102	-20.661
Outros rendimentos e ganhos	16	257.739	139.782
Outros gastos e perdas	16	-4.620	-6.491
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.093.302	1.210.256
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16	-814.526	-679.226
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		278.775	531.030
Juros e rendimentos similares obtidos	16	190.974	20.932
Juros e gastos similares suportados	16	-423.776	-580.102
Resultado antes de impostos		45.973	-28.139
Imposto sobre o rendimento do período	13	-27.752	-34.660
Resultado líquido do período		18.221	-62.799
Resultado por Acção Básico		0,06	-0,21

Sérgio M. S. Malino
Alceu José Medeiros Costa

Jan
11/3/11

 AdA - Águas de Alenquer
 Rua Sacadura Ga.
 2580-371 Alenquer.
 N.º Contribuinte 500.

SÉRGIO M. S. MALINO
 T.º C. 25368
 Contrib. N.º 194.191.052

Sérgio M. S. Malino

 ÁGUAS DE
 ALENQUER

Relatório e Contas 2010

10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Euro

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		7.595.521	7.496.235
Pagamentos a fornecedores		-6.103.866	-4.410.239
Pagamentos ao pessoal		-262.817	-196.085
Caixa gerada pelas operações		1.228.839	2.889.910
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-18.644	-16.187
Outros recebimentos/pagamentos		-197.840	-109.730
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.012.355	2.763.994
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-50.883	-571.394
		-50.883	-571.394
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-50.883	-571.394
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.230.000	-1.230.000
Juros e gastos similares		-281.745	-797.549
		-1.511.745	-2.027.549
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1.511.745	-2.027.549
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-550.272	165.051
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		690.607	525.556
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	140.334	690.607

Sin Am ...

Alípio ...

AdA - Águas de Alenquer, S.A.
Rua Sacadura Cabral, n.º 22 C R/C
2580-371 Alenquer
N.º Contribuinte 506 353 397

SÉRGIO M. S. MALINO
T.O.C. 25368
Contrib. N.º 184 191 052

10.4 Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio

Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2010

Euro

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Activos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	7	2	1.500.000		2.690.000		263			0	0	-361.400	-62.799	3.766.063	0	3.766.063
APLICAÇÃO DE RESULTADOS																
Constituição da Reserva legal						0							0	0		0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados	6					0			0	0	-62.799	62.799	0	0	0	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		2														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	8								0		-9.989		-9.989		-9.989	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	9												18.221	18.221		18.221
RESULTADO INTEGRAL	10=8+9												18.221	18.221		18.221
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações	11		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	13=7+8+9+11+12	2	1.500.000	0	2.690.000	0	263	0	0	0	0	-434.188	18.221	3.774.296	0	3.774.296

Sérgio M. S. Malino
Alice Isabel Medeiros Góes

[Handwritten signature]

 **AdA - Águas de Alenquer, S.A.**
Rua Sacadura Cabral, n.º 22 C R/C
2580-371 Alenquer
N.º Contribuinte 506 353 397

SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25368
Contrib. N.º 194,191,052

[Handwritten signature]

Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2009

Euro

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Activos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período			Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009 (POC)	1	2	1.500.000		2.690.000		263				0	0	-1.496.469	-118.855	2.574.939	0	2.574.939
APLICAÇÃO DE RESULTADOS																	
Constituição da Reserva legal							0							0	0		0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados	6						0						-118.855	118.855	0		0
							0						-118.855	118.855	0		0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		2															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)										0			1.706.018		1.706.018		1.706.018
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																	
Ajustamentos por impostos diferidos - Aplicação do novo referencial contabilístico													-452.095	0	-452.095		-452.095
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2									0	0		1.253.923	0	1.253.923	0	1.253.923
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3																
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																	
Realizações de capital																	
Realizações de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações	5		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	7=1+2+3+5+6	2	1.500.000	0	2.690.000	0	263	0	0	0	0	0	-361.400	-62.799	3.766.063	0	3.766.063

Sin Amour de Amor

Algo Boreal Reda Cabo

AdA - Aguas de Alenquer, S.A.
 Rua Sacadura Cabral, n.º 22 C R/C
 2580-371 Alenquer
 N.º Contribuinte 506 353 397

SÉRGIO M. S. MALINO
 T. O. C. 25368
 Contrib. N.º 194 191 052

Sérgio Malino

Relatório e Contas 2010

10.5 Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao exercício de 2010.

As demonstrações financeiras bem como os valores constantes neste anexo encontram-se expressos em euros, utilizando o método comum e arredondamento, até 0,50 euros arredondado para baixo, e acima de 0,50 euros inclusivé arredondado para cima.

Índice do Anexo:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Políticas contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros
6. Partes relacionadas
7. Activos intangíveis
8. Activos fixos tangíveis
9. Inventários
10. Contratos de construção
11. Rédito
12. Acontecimentos após a data de balanço
13. Impostos sobre o rendimento
14. Instrumentos financeiros
15. Divulgações exigidas por diplomas legais
16. Outras informações

1. Identificação da entidade

1.1 Designação da sociedade

A AdA – Águas de Alenquer, S.A. (Águas de Alenquer) é uma sociedade anónima constituída em 07 de Outubro de 2003, cujo objecto social consiste na Exploração e Gestão dos serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água, e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do Município de Alenquer, bem como a realização de Obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária.

Para o cumprimento do seu objecto social, a Águas de Alenquer celebrou um Contrato de Concessão por um período de 30 anos com a Câmara Municipal de Alenquer a 17 de Novembro de 2003.

No dia 2 de Janeiro de 2004 foi celebrado o Auto de Consignação das infra-estruturas, tendo-se iniciado o Funcionamento da Concessão pelo período de 30 anos.

A 12 de Março de 2008 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste, não contemplados no Contrato de Concessão, e a revisão do Plano de Investimentos.

No dia 24 de Julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição de equilíbrio económico-financeiro da concessão.

Durante o ano de 2010 decorreram negociações no âmbito da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em Janeiro de 2011.

Os principais objectivos da revisão do Contrato de Concessão são: i) a sua adaptação ao D.L. 194/2009 de 20 de Agosto; ii) a estruturação do tarifário à Recomendação 1/2009 da Entidade Reguladora; e iii) reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão.

Existe um conjunto de bens da concedente que estão a ser utilizados pela Concessionária, que serão restituídos no final da concessão. Os bens consignados em Janeiro de 2004 ascendem 13.329.872 euros. Em Novembro de 2010 foi realizada uma nova consignação referente a obras e aquisição de terrenos realizadas pelo Município após Janeiro 2004 no valor 3.917.139 euros.

Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Quinta do Carneiro, Carapinha, 2580-377 Alenquer.

1.2 Natureza da actividade

A montante e a jusante da actividade da Águas de Alenquer, encontra-se o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei

Relatório e Contas 2010

n.º 305-A/2000, de 24 de Novembro. A Águas do Oeste, S.A. é a empresa concessionária do Sistema Multimunicipal por um período de 30 anos.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste configura-se como um sistema “em alta” que assegura o abastecimento de água aos reservatórios municipais e a recolha e tratamento das águas residuais provenientes das redes municipais (sistema “em baixa”). O sistema municipal está consignado à Águas de Alenquer, entidade responsável pela distribuição de água e de recolha domiciliária de águas residuais no Município de Alenquer.

Nesse âmbito é garantido pela Águas do Oeste o fornecimento de água “em alta” e a recolha e tratamento dos efluentes gerados através do Contrato de Fornecimento e do Contrato de Recolha, respectivamente, celebrados entre a Águas do Oeste e o Município de Alenquer. A totalidade dos efluentes recolhidos é entregue ao Sistema Multimunicipal, que garante o fornecimento de cerca de 98% da água entrada no sistema. O remanescente é proveniente de captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer.

A Águas de Alenquer efectua a cobrança da sua actividade através do Tarifário aprovado anualmente pela Câmara Municipal de Alenquer, que compreende para a actividade de abastecimento de água e de saneamento a aplicação de um tarifário específico, com uma componente fixa e uma componente variável indexada ao consumo de água. Para além dos tarifários associados ao serviço de abastecimento de água e saneamento, são aplicadas tarifas associadas aos serviços auxiliares prestados ao Utilizador.

Adicionalmente, a empresa obtém rendimentos residuais resultantes do fornecimento de energia à rede de distribuição.

1.3 Designação da empresa-mãe

A 31 de Dezembro de 2010, as pessoas colectivas que integram o capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.
- Aquapor – Serviços, S.A.
- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A.
- Somague – Ambiente SGPS, S.A.
- Luságua – Gestão de Águas, S.A.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Sistema de Normalização Contabilística

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF), aplicando supletivamente a IFRIC 12, e a SIC 29.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Tendo em conta que foram aplicadas as disposições da NCRF 3 – Aplicação pela primeira vez das NCRF, designadamente a preparação de um balanço de abertura em referência a 1 de Janeiro de 2009 e a adopção das mesmas políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras de 2009 e 2010, não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

2.4 Adopção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória:

a) Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

Tendo em conta o disposto na NCRF 3 – Aplicação pela Primeira Vez das NCRF, no Balanço de Abertura, reportado a 1 de Janeiro de 2009:

- a) Foram reconhecidos todos os activos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas NCRF;
- b) Foram desreconhecidos todos os itens que as NCRF não permitem reconhecer como activos ou passivos;
- c) Foram reclassificados itens que segundo o POC eram reconhecidos como um tipo de activo, passivo ou componente do capital próprio, mas que são um tipo diferente de activo, passivo ou componente do capital próprio segundo as NCRF;
- d) Foram aplicadas as NCRF na mensuração de todos os activos e passivos reconhecidos;

Relatório e Contas

2010

e) Os ajustamentos foram reconhecidos directamente nos resultados transitados ou, se apropriado, noutro item do capital próprio à data da transição.

Os efeitos da adopção da NCRF 3 na posição financeira, em referência a 1 de Janeiro de 2009, encontram-se reflectidos no quadro seguinte:

	Activo em 01.01.2009		Passivo em 01.01.2009		Capitais Próprios
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	01.01.2009
Total de acordo com POC	4.228.743	29.524.186	18.457.990	12.720.000	2.574.939
Primeira adopção de novo referencial contabilístico:					
Desreconhecimento da aplicação da DC n.º 4 (Amort. Invest. Futuro)			-606.939		606.939
Desreconhecimento da retribuição a pagar à concedente		-1.164.833	-40.167		-1.124.667
Reconhecimento do direito de concessão Retrib. a pagar à concedente		1.205.000			1.205.000
Desreconhecimento da aplicação da DC4 (investimento realizado)		2.041.038			2.041.038
Reconhecimento da amortização do direito de concessão (pelos caudais)		-760.288			-760.288
Desreconhecimento activos intangíveis (Despesas Instalação)		-262.004			-262.004
Desreconhecimento Bens obtidos a título gratuito da concedente		-11.596.501	-11.596.501		0
Efeito Fiscal			452.095		-452.095
Total de acordo com NCRF	4.228.743	18.986.597	6.666.478	12.720.000	3.828.862

Em 2004, foi reconhecido no passivo 40.167 correspondente a 1/30 do valor global de 1.205.000 da retribuição à concedente. Esse montante foi ajustado com efeitos a 01 de Janeiro de 2009, sendo reconhecido no activo, como direito da concessão.

- b) Reconciliação do capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores;**

Relatório e Contas 2010

	Resultados Do Exercício 31.12.2009	Capitais Próprios 31.12.2009
Total de acordo com POC	-142.342	2.432.597
Reexpressão do exercício de 2009		
Desreconhecimento da aplicação da DC n.º 4 (Amort. Invest. Futuro)	76.620	683.559
Desreconhecimento de diferimentos (gastos a reconhecer)	-12.681	-12.681
Desreconhecimento da retribuição a pagar à concedente	0	-1.124.667
Reconhecimento do direito de concessão Retrib. a pagar à concedente	0	1.205.000
Desreconhecimento da aplicação da DC4 (investimento realizado)	550.418	2.591.456
Reconhecimento da amortização do direito de concessão (pelos caudais)	-514.602	-1.274.890
Desreconhecimento activos intangíveis (Despesas Instalação)	8.468	-253.536
Efeito Fiscal	-28.679	-480.774
	<u>-62.799</u>	<u>3.766.063</u>

- c) **Reconciliação do resultado relatado segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período;**

Ver Quadro da alínea b).

- d) **Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCRF (divulgações que a NCRF 12 — Imparidade de Activos teria exigido se o reconhecido dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCRF);**

Não ocorreu qualquer reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade ao preparar o Balanço de Abertura em 1 de Janeiro de 2009.

Relatório e Contas 2010

- e) **Distinção, nas reconciliações das alíneas b) e c), entre correcção de erros cometidos segundo os PCGA anteriores (se aplicável) e alterações às políticas contabilísticas;**

Não aplicável.

- f) **As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF são (não são) as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.**

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as NCRF mas não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas pela empresa.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adoptou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- As NCRF em vigor na presente data;
- Supletivamente A IFRIC 12 e a SIC 29.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, e aplicando supletivamente a IFRIC 12 e a SIC 29, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

a) **Activos Fixos Tangíveis**

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados no exercício da sua actividade, e que não integram o direito à concessão, Instalações Físicas, Microgeração de Energia, Ferramentas, Equipamento de Transporte, Equipamento Administrativo e Outros. A empresa adoptou o custo considerado na mensuração dos Activos Fixos Tangíveis em referência a 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), nos termos da isenção permitida pela NCRF 3 – Adopção pela Primeira vez das NCRF, assim como para os bens adquiridos após esta data.

Os Activos Fixos Tangíveis foram reconhecidos ao valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC e amortizados linearmente pelo método duodécimal, utilizando o critério da vida útil dos bens.

A vida útil destes activos varia de acordo com a seguinte tabela:

Anos de vida útil	2010_2009
Edifícios e Outras Construções	8-20
Equipamento Básico	8
Equipamento Transporte	4-6
Ferramentas	4-10
Equipamento Administrativo	3-10
Micro geração Energia	4
Outros	8

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os bens estão reconhecidos, custo líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Quando existem indícios de que os bens podem estar em imparidade, os mesmos são sujeitos a testes de imparidade, sendo essa mesma imparidade, quando existente, registada em resultados do exercício.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

b) Activos Intangíveis

A empresa dispõe, inicialmente, de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento. Estes, conjuntamente com o direito de cobrança aos utentes que provém da prestação de serviços de construção de infraestruturas, constituem o Direito da Concessão da empresa, que se encontra reconhecido tendo como base a IAS 11, e de acordo com a percentagem de acabamento.

Os activos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o métodos das unidades de produção, ou seja, os caudais de água e saneamento facturados constituem a base para a o

Relatório e Contas 2010

cálculo das amortizações. O caudal anual corresponde ao volume de água e saneamento facturados no ano face ao volume total por facturar até final da concessão.

O gasto com as amortizações do activo intangível é reconhecido na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

As taxas de depreciação utilizadas para os bens afectos à água e saneamento, respectivamente, foram as seguintes:

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Água	3,18%	3,54%	3,55%	3,67%	3,68%	3,87%	3,69%
Saneamento	2,04%	2,38%	2,48%	2,65%	2,78%	2,90%	3,80%

O direito de explorar e substituir contadores é depreciado pelo método linear em 8 anos, por uma questão de gestão, operação, controlo e manutenção.

c) Activos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

c.1) Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 25%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável.

Os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos, após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a segurança social).

O Conselho de Administração da Águas de Alenquer, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2010.

d) Inventários

Os matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Como método de custeio das saídas adoptou-se o custo médio ponderado.

Relativamente à compra de água à Águas do Oeste, os volumes aduzidos ao sistema são valorizados a preço de custo, conforme tarifário aprovado para o Sistema Multimunicipal por despacho de Sua Excelência a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território. Os encargos associados à exploração das captações de água municipais em exploração pela Águas de Alenquer encontram-se valorizados e reflectidos nos custos de exploração.

g) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base em critérios económicos.

h) Estado e Outros Entes Públicos

Relatório e Contas 2010

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

i) Outras Contas a Receber

Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem essencialmente a valores facturados à concedente e ainda não recebidos .

Os saldos contantes nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

j) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

k) Diferimentos Activos e Passivos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

l) Rubricas dos Capitais Próprios

k.1) Capital Realizado

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

k.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

k.3) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

m) Financiamentos Obtidos

Relatório e Contas
2010

Os financiamentos obtidos estão valorizados ao custo.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores respeitantes a juros de suprimentos devidos aos Accionista s e não liquidados.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

n) Outras Contas a Pagar

A conta da Câmara Municipal de Alenquer respeitante à retribuição à concedente referente a rendas futuras encontra-se registada ao custo, actualizado de acordo com o do factor de revisão previsto no Contrato de Concessão.

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

o) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

p) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos financeiros e de quantidades concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a tarifa volumétrica e a tarifa de disponibilidade de água, resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim de dois em dois meses ao longo de todos os dias do mês. Esta estimativa é feita com base na facturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por facturar relativamente ao mês em causa.

Relativamente à tarifa volumétrica e de disponibilidade de saneamento aplica-se o mesmo critério.

O rédito da prestação de serviços relativo a ramais é reconhecido aquando da disponibilização do mesmo para exploração pelo valor constante no tarifário aprovado previamente pela Concedente para aquele exercício.

q) Trabalhos para própria Entidade

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infra-estrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a construção de activos, que levem um período significativo de tempo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção do activo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à facturação apresentada.

Relatório e Contas 2010

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

r) **Fornecimento e Serviços Externos**

São registados em FSE – Subcontratos – todos os custos debitados por terceiros referente a elaboração dos bens reversíveis.

s) **Custo das Existências Vendidas e Consumidas**

O CEVC encontra-se mensurado ao custo.

t) **Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal englobam remunerações fixas ou variáveis, atribuídas ao pessoal afecto à empresa, assim como as contribuições obrigatórias, quotizações sindicais e outros gastos com o pessoal, como seguros, fardamento e formação.

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

u) **Rendimentos Suplementares**

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao justo valor e correspondem essencialmente a taxas de justiça debitadas a clientes, assim como gastos administrativos debitados a clientes, fornecimento de energia, e gastos suportados pela empresa devido ao calcário existente na rede, que posteriormente são debitados à concedente, dado estar definido estes serem da sua responsabilidade.

v) **Juros e Gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

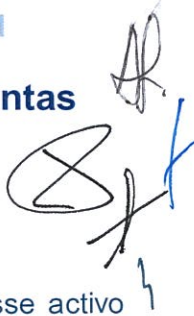
- Juros bancários;
- Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos quando relacionados com a elaboração de activos intangíveis, que constituem o direito à concessão são capitalizados, fazendo parte desse direito. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das actividades de elaboração do activo e é interrompida com o final da execução do activo, ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas de relevo para além das mencionadas no ponto 3.1.

3.3 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:



Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a empresa opera.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

Não se espera qualquer risco de provocar ajustamento material.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

3.6 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso a data das demonstrações.

Relatório e Contas 2010

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa	483	5.546
Depósitos à ordem	139.851	685.061
Caixa e seus equivalentes	<u>140.334</u>	<u>690.606</u>
Depósitos a prazo	<u>785.911</u>	<u>797.929</u>
Caixa e Depósitos Bancários	<u><u>926.245</u></u>	<u><u>1.488.535</u></u>

Os montantes considerados em caixa de depósitos à ordem destinam-se a satisfazer compromissos de curto prazo.

Relativamente aos depósitos a prazo, existem restrições de utilização e não se destinam a satisfazer compromissos de curto prazo.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

A Empresa adoptou no presente exercício as NCRF pela primeira vez pelo que adoptou a NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das NCRF na contabilização dos efeitos das alterações de Políticas Contabilísticas, Estimativas e Correções de Erros não tendo adoptado a NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros, razão pela qual as divulgações requeridas pela presente Nota não são aplicáveis.

Em termos práticos, ao abrigo da NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das NCRF a Empresa:

- Adoptou, com efeitos retrospectivos, as mesmas políticas contabilísticas no presente exercício e nos números comparativos do exercício anterior;
- Efectuou as alterações de estimativas de forma prospectiva excepto quando que se concluiu que tal alteração se ficou a dever a erros;
- Corrigiu os erros de forma retrospectiva e procedeu à reexpressão dos comparativos.

6. Partes Relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

Ver ponto 1.3

6.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

A empresa suportou gastos directamente relacionados com o pessoal da gestão no montante de 90.003 €, valor debitado pelo accionista Aquapor Serviços, SA e que se encontra reflectido na rubrica de FSE – Honorários.

6.3 Transacções entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transacções que faz	Serviços que recebe/ Transacções que recebe
AGS		Exploração Sistemas Elevatórios Financiamento Venda Bens de Investimento Equipamento Micro Produção Energia Manutenção Equipamento
Aquapor		Cedência Director Geral Financiamento Assistência Comercial
Ecobrejo		Controlo Custos de Obra
Luságua		Controlo Analítico
Somague		Venda Bens de Investimento
Pragosa Ambiente		Limpeza Rede Saneamento
Construções Pragosa		Venda Bens de Investimento

b) Transacções e saldos pendentes:

- i) Quantia das transacções:
- ii) Quantia dos saldos pendentes:
- iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:
- iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

Relatório e Contas 2010

		Vendas Prestação de Serviços	Compra de Bens e Serviços	Contas a Receber	Contas a Pagar	Imparidade	Gastos de Dividas Incobráveis
Ags	2010	-	330.920	-	1.039.614	-	-
	2009	-	426.013	-	1.142.244	-	-
Aquapor	2010		203.495	-	402.395	-	-
	2009	-	126.851	-	190.481	-	-
Ecobrejo	2010	-	30.000	-	72.000	-	-
	2009	-	30.000	-	36.000	-	-
Luságua	2010	-	13.569	-	6.206	-	-
	2009	-	-	-	0	-	-
Somague	2010	-	-	-	300.175	-	-
	2009	-	-	-	300.175	-	-
Pragosa ambiente	2010	-	127.866	-	134.197	-	-
	2009	-	131.988	-	93.229	-	-
Construções Pragosa	2010	-	-	-	451.873	-	-

7. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis englobam essencialmente o Direito da Concessão, que representa o direito de explorar as infraestruturas colocadas à disposição pela concedente, e de construir novas infraestruturas assim como explorá-ls e cobrar aos utilizadores pelo serviço prestado.

Com a assinatura do contrato de concessão a Ada comprometeu-se a efectuar investimentos, nomeadamente em infraestruturas de água e saneamento no concelho de Alenquer. Estes investimentos no final da concessão revertem a favor da concedente sem quaisquer custos ou ônus.

Esta construção, de acordo com a IFRIC 12 e a NCRF 19 foi reconhecida:

- Em redimentos e gastos, pelos serviços de construção e valorização e
- Em activos intangíveis, na parte referente aos serviços de construção acrescido dos encargos financeiros atribuíveis aos investimentos acordados capitalizados durante a fase de construção.

Adicionalmente o direito de concessão incorpora:

- (I) O justo valor dos bens colocados à disposição pela concedente, sob o valor da retribuição a pagar à concedente,
- (II) Os gastos iniciais de arranque da concessão.

Os activos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

7.1 Divulgações para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Activos Intangíveis tem vida finita sendo as mesmas defenidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso o prazo maximo de vida util será 30 anos. O plano de investimentos ficou concluído em 2008, com excepção de um reservatório e de um troço de colector de saneamento que aguarda declaração de utilidade pública

b) Métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas

O método de amortização do activo intangível é conforme o descrito na nota 3.1b. O gasto com amortizações de activos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização

Relatório e Contas 2010

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro alínea e) do presente parágrafo.

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de activos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Activos Intangíveis estão reflectidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

	01.01.09	Aumento s	Transferênc ias	Alienaçõ es	Abates	31.12.2009	Aumento s	Transferênc ias	Alienaçõ es	Abates	31.12.2010
<u>Custo</u>											
Direito da Concessão	17.484.637	227.775	1.656.922			19.369.334	131.100				19.500.435
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Activos Intangíveis	97.676	24.272				121.948	5.292				127.240
Direito da Concessão – Em Curso	1.549.539	107.383	-1.656.922			0					
	19.133.552	359.430	0	0	0	19.492.982	136.392	0	0	0	19.629.374
<u>Amortizações / Imparidade</u>											
Direito da Concessão	881.124	611.653				1.492.777	729.908				2.222.685
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Activos Intangíveis	2.713	37.328				40.041	41.821				81.863
	885.537	648.982				1.534.518	771.730				2.306.248
	18.248.015	-289.551	0	0	0	17.958.464	-635.338	0	0	0	17.323.126

A rubrica Outros activos intangíveis enloba programas de computador, e a certificação e qualidade da empresa

7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer activo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

7.3 Activos intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor. Indicação:

- a) Do justo valor inicialmente reconhecido;
- b) Da sua quantia escriturada; e
- c) Se são mensurados após o reconhecimento segundo o modelo de custo ou o modelo de revalorização

Não existem Activos intangíveis adquiridos por meio de subsídios do governo.

7.4 Existência e quantias escrituradas de activos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de activos intangíveis dados como garantia de passivos

A infra-estrutura utilizada na exploração da concessão (pela qual a empresa prestou serviços ao concedente, recebendo em troca o direito de cobrar aos utentes), será transferida no final da concessão, para o concedente a título gratuito, sem qualquer contrapartida.

7.5 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de activos intangíveis

No processo do concurso da concessão a Empresa assumiu compromissos com um Agrupamento Complementar, subcontratando-as para os serviços relacionados com a prestação de serviços de construção de infra-estruturas.

7.6 Activos intangíveis contabilizados por quantias revalorizadas. Indicação:

- a) Por classe de activos intangíveis:
 - i) Data de eficácia da revalorização;
 - ii) Quantia escriturada de activos intangíveis revalorizados;
 - iii) Quantia escriturada que teria sido reconhecida se a classe revalorizada de activos intangíveis tivesse sido mensurada após o reconhecimento usando o modelo de custo.
- b) Quantia do excedente de revalorização relacionada com activos intangíveis no início e no final do período, indicando as alterações durante o período e quaisquer restrições na distribuição do saldo aos accionistas; e
- c) Os métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justo valor dos activos

Não existem Activos contabilizados por quantias revalorizadas.

7.7 Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período (incluindo todos os gastos por natureza que foram, face ao seu destino, classificados como gastos de pesquisa e desenvolvimento, bem como os gastos de pesquisa e desenvolvimento que foram capitalizados)

Não existem gastos de pesquisa e desenvolvimento capitalizados

8. Activos Fixos Tangíveis

8.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente parágrafo.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Relatório e Contas 2010

	01.01.2009	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2009	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2010
Custo											
Edifícios e Outras Construções	120.888	112.512				233.400					233.400
Equipamento Básico	18.744	0				18.744	0				19.577
Equipamento Transporte	19.137	1.162				20.299	5.750				26.049
Equipamento Administrativo	133.746	977				134.724	11.534				146.258
Outros Activos Fixos Tangíveis	28.676	29.016				57.694	39.203				96.897
Em curso											
	322.027	143.667	0	0	0	464.861	56.488	0	0	0	522.181
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	59.452	13.511				72.962	17.797				90.759
Equipamento Básico	8.463	2.343				10.806	2.343				13.149
Equipamento Transporte	15.265	1.346				16.611	1.491				18.102
Equipamento Administrativo	106.194	9.063				115.257	8.357				123.614
Outros Activos Fixos Tangíveis	22.247	3.982				26.228	12.809				39.038
	211.621	30.245	0	0	0	241.865	42.797				284.662
	110.406	113.422	0	0	0	222.995	13.691	0	0	0	237.519

8.2 Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Não existem Activos fixos tangíveis dados como garantias de passivos.

8.3 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros activos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

8.4 Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Relatório e Contas 2010

9. Inventários

9.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e respectivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea e) do parágrafo 3.1.

9.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários encontra-se no quadro seguinte:

Inventários	2010	2009
Matérias Subsidiárias e de Consumo		
Contadores	18.530	13.041
Material Hidráulico Diverso	83.944	86.322
	102.474	99.363

No que se refere ao inventário de água, não se considera qualquer valor porquanto, quando foi iniciada a concessão, os reservatórios continham água que não foi objecto de facturação por parte da CMA, tendo sido assumido que no final da concessão a água que existir nos reservatórios também não será objecto de facturação à CMA. Assim, e porque o inventário existente a 31 de Dezembro de cada ano não será substancialmente diferente daquele que existia no início da concessão, não se procede à contagem da água existente. O valor relativo à compra de água reflete-se como gasto do período.

9.3 Quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender (no caso de corretores/ negociantes)

Não aplicável

9.4 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Inventários	Matérias-primas	Mat. Sub Cons.	Total
Existências em 01-01-2009	0	-101.868	-101.868
Compras	-2.179.008	-83.509	-2.262.517
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2009	0	99.363	99.363
	-2.179.0080	-86.014	-2.265.022
Existências em 01-01-2010	0	-99.363	-99.363
Compras	-2.166.321	--110.872	-2.277.193
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2010	0	102.474	102.474
	-2.166.321	-107.761	-2.274.082

9.5 Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

Não foi ajustada qualquer quantia.

9.6 Quantia de reversão de ajustamento reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período

Não foi efectuada qualquer reversão de ajustamento.

10. Contratos de construção

A Empresa subcontrata a prestação de serviços de construção de infra-estruturas reconhecendo nas suas demonstrações o gasto e o rédito aquando o débito por parte dos terceiros.

10.1 Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

As quantias registadas no período foram as seguintes:

Relatório e Contas 2010

Trabalhos para própria entidade	2010	2009
Direito de Concessão (Rede água e saneamento)	102.905	82.380
Montagem contadores na rede – Realizados internamente	29.654	32.680
	<u>132.560</u>	<u>115.060</u>

10.2 Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito é feito ao justo valor com base na percentagem de acabamento.

10.3 Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

A fase de acabamento dos contratos em curso, mede-se pelo seu reconhecimento em prestações de serviços por contrapartida de activos intangíveis.

11. Rédito

11.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea n) do parágrafo 3.1.

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda e Prestação de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no exercício dividem-se da seguinte forma:

Relatório e Contas 2010

Vendas e Prestação de Serviços	2010	2009
Venda de Água	2.588.803	2.804.716
Prestação de Serviços – Água	1.123.125	1.139.840
Prestação de Serviços – Saneamento	2.938.544	2.959.680
		90.711
	<u>6.767.401</u>	<u>6.994.946</u>

A prestação de serviços de água engloba uma tarifa fixa; uma tarifa de disponibilidade em função do tipo de cliente e calibre do contador instalado; uma tarifa de ligação à rede, e uma tarifa de desobstrução de ramais de água.

A prestação de serviços de saneamento engloba uma tarifa de disponibilidade, assim como as tarifas volumétricas de saneamento, limpeza e desobstrução de fossas, e tarifas de ligação e desobstrução de ramais de saneamento.

b) Juros

Rédito de Juros	2010	2009
Juros de mora	184.710	7.752

A Empresa auferiu juros dos clientes por atraso de pagamento das facturas, tendo sido registado os seguintes montantes:

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1 Autorização para emissão

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

Relatório e Contas 2010

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão foi 15 de Março de 2011.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do artº 68 do CSC, a Assembleia Geral de Accionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios

12.2 Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Após a data do balanço não foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data do balanço que originassem actualizações, quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

12.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que não tenham dado lugar a ajustamentos.

13. Imposto sobre o rendimento

13.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

Imposto	2010	2009
Imposto Corrente		
IRC do ano	15.481	5.981
	<u>15.481</u>	<u>5.981</u>
Imposto Diferido		
Reversão por diferenças temporárias	12.271	28.679
	<u>12.271</u>	<u>28.679</u>
	<u>27.752</u>	<u>34.660</u>

b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias

Ver quadro na alínea a) deste ponto.

c) Gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos

Imposto diferido	2010	2009
Reversão de ID por utilização de prejuízos Fiscais	102.984	0

13.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s);ou

Relatório e Contas

2010

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes de impostos	45.973	(28.139)		
Variações patrimoniais	362.848			
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,5%	26,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	12.183	(7.457)	26,5%	26,5%
<u>Proveitos não tributáveis</u>				
Redução provisões Tributadas em anos anteriores		753		
Outros	18			
	18	753	(0%)	0,7%
<u>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</u>				
Multas, coimas, juros compensatórios	1.266	4.105		
Reversão Impostos diferidos	102.939			
Outros	1.685	3.967		
	105.889	8.072	(61,0%)	7,6%
Lucro tributável	514.693			
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal (s/ derrama)	25,00%	25,00%		
Imposto calculado	128.673	-	(34,5%)	34,8%
Tributação autónoma	7.760	5.981	16,9%	
Derrama	7.721		16,8%	
Utilização perdas fiscais	514.693		(1.119,6%)	
	(499.212)	5.981	(1.085,9%)	
Imposto sobre o rendimento	15.481	5.981	33,7%	

Relatório e Contas 2010

13.3 Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado:

	Contas de Balanço		Contas DR	
	2010	2009	2010	2009
<u>Impostos Diferidos Activos</u>				
Diferenças Temporais				
Prejuízos Fiscais Reportáveis	372.786	475.769	-102.984	0
	<u>372.786</u>	<u>475.769</u>	<u>-102.984</u>	<u>0</u>
<u>Impostos Diferidos Passivos</u>				
Diferenças Temporais				
Ajustamentos de transição para o SNC	-390.062	-480.774	90.712	-
	<u>-390.062</u>	<u>-480.774</u>	<u>90.712</u>	<u>-</u>
	<u>-17.276</u>	<u>-5.004</u>	<u>-12.272</u>	<u>28.679</u>

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço)

Ver quadro na alínea a) deste ponto

13.4 Natureza das potenciais consequências do imposto sobre rendimento que resultariam do pagamento de dividendos aos accionistas

Relatório e Contas 2010

O pagamento de dividendos aos accionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos

13.5 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto de rendimento não praticamente determináveis

Dado que, conforme referido no parágrafo 26.10, o pagamento de dividendos aos accionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, não há lugar à divulgação de quaisquer quantias (determináveis, ou não, em termos práticos) relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado

14. Instrumentos financeiros

14.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- ✓ Alínea e) – Clientes
- ✓ Alínea f) – Estado e Outros Entes Públicos
- ✓ Alínea g) – Outras Contas a Receber
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea l) – Contas a Pagar
- ✓ Alínea m) – Fornecedores

14.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos financeiros de entre cada categoria

- a) **Activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade**

Relatório e Contas 2010

Os activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Activos Financeiros	2010	2009
Cientes	1.887.647	1.997.165
Outras Contas a receber	1.156.029	832.030
Estado e Outros Entes Públicos	119.361	158.586
Caixa e depósitos bancários	926.245	1.488.535

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2010	2009
Cientes gerais	1.514.928	1.551.063
Trabalhos efectuados não facturados	520.591	517.878
Cientes perdas imparidade acumuladas	-147.872	-71.777
	<u>1.887.647</u>	<u>1.997.165</u>

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2009	51.116
Reforço do ano	20.661
Utilizações	0
Reversões	0
Saldo em 31.12.2009	<u>71.777</u>
Reforço do ano	76.102
Utilizações	0
Reversões	0
Saldo em 31.12.2010	<u>147.879</u>

As Outras Contas a Receber decompõem-se da seguinte forma:

Relatório e Contas

2010

Activos Financeiros	2010	2009
Outras Contas a receber		
Divida da Concedente	909.740	769.507
Diversos	246.289	62.523
	<u>1.156.029</u>	<u>832.030</u>

A divida da concedente refere-se a gastos suportados como resultado das incrustações de calcário existentes na rede, assim como gastos suportados com a construção de condutas, cuja responsabilidade é da concedente.

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros	2010	2009
Passivos não correntes		
Financiamento Obtidos	9.840.000	11.070.000
Outras contas a pagar		
Retribuição à Concedente	361.526	362.333
Passivos Correntes		
Financiamento Obtidos	255.202	175.000
Fornecedores	5.798.011	5.622.263
Estado e Outros Entes Públicos	26.181	15.629
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimento	1.261.797	1.204.125
Outros	289.870	378.343

Os financiamentos obtidos vencem juros semestralmente à taxa euribor a 6 meses acrescida de 1,5% de spread

c) Activos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada

Os Activos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são os constantes no quadro da alínea b) deste ponto.

14.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

14.4 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

14.5 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento	2010	2009
Ganhos		
Juros de Depósitos	6.264	13.180
Juros de mora	184.710	7.752
	<u>190.974</u>	<u>20.932</u>
Perdas		
Juros de financiamento obtidos	-281.359	-504.114
Juros de mora	-138.012	-72.926
Outros	-4.406	-3.062
	<u>-423.776</u>	<u>-580.102</u>
	<u><u>-232.802</u></u>	<u><u>-559.169</u></u>

A empresa no ano 2010 não capitalizou quaisquer encargos com financiamento, em 2009 capitalizou o montante de 82.379 euros.

14.6 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de activos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de activo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 14.2.

Instrumentos de capital próprio:

14.7 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respectivos prazos de realização

Relatório e Contas 2010

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 1.500.000€ e encontra-se totalmente realizado.

14.8 Número de acções representativas do capital social, respectivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 300.000 acções nominativas com valor nominal de 5€ cada.

14.9 Reconciliação, para cada classe de acções, entre o número de acções em circulação no início e no fim do período.

Não existem acções em circulação nem acções próprias.

14.10 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efectuada como custos de emissão

Não foram efectuados aumentos de capital no período.

15. Divulgações exigidas por diplomas legais

15.1 Divulgação exigida pelo nº 1 do artº 66 – A do CSC

Natureza e o objectivo comercial das operações não incluídas no balanço e o respectivo impacte financeiro, quando os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes e na medida em que a divulgação de tais riscos ou benefícios seja necessária para efeitos de avaliação da situação financeira da sociedade;

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respectiva natureza, objectivo comercial, impacte financeiro ou riscos e benefícios.

15.2 Divulgação exigida pelo nº 2 do artº 66 – A do CSC

Honorários totais facturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais facturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais facturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais facturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

	2010	2009
Honorários pela Revisão Legal de Contas	7.000	9.445

16. Outras informações

16.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2010	2009
Saldos a Receber		
Imposto sobre o Rendimento	54.081	59.617
Retenção na Fonte	0	222
Imposto sobre Valor Acrescentado	42.338	77.069
Outros impostos	559	49
Autarquias locais	618	735
Taxa recursos Hídricos	21.765	20.894
	<u>119.361</u>	<u>158.586</u>
Saldos a Pagar		
Retenção Imposto sobre Rendimento	-5.466	-5.720
Segurança Social	-1.259	-763
Tributos Autarquias Locais	-3.955	-3.165
Outros Impostos	-20	0
	<u>-10.700</u>	<u>-9.648</u>

A taxa de recursos hídricos, visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às actividades susceptíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

A taxa de recursos hídricos é cobrada aos clientes e entregue à empresa fornecedora de água e saneamento, Águas do Oeste, e à ARH Tejo na componente referente às captações próprias.

16.2 Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer descreve-se da seguinte forma:

Relatório e Contas

2010

Diferimentos	2010	2009
Rendas	3.496	0
Seguros	128	0
Comissões	11.239	0
	<u>14.864</u>	<u>0</u>

O montante incluído em comissões refere-se a despesas de comissão de agenciamento debitas pela Caixa BI, relacionadas com o contrato de financiamento. O valor das referidas comissões foi debitado em Novembro e corresponde ao período entre 17 de Novembro e 17 de Maio de 2011

A rubrica de rendimentos a reconhecer descreve-se da seguinte forma:

Diferimentos	2010	2009
Conduas Albarróis e Fontainhas	154.640	164.358
	<u>154.640</u>	<u>164.358</u>

As condutas de ligação aos loteamentos de Albarróis e Fontainhas foram realizadas pela Águas de Alenquer por solicitação da Câmara Municipal de Alenquer. Este investimento não estava previsto no plano de investimentos da concessionária.

16.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Relatório e Contas

2010

Fornecimento e Serviços Externos	2010	2009
	-	-
Subcontratos	1.981.508	1.953.211
Manutenção Rede Água	-371.275	-419.018
Manutenção Rede Saneamento	-56.741	-61.533
	-	-
Tratamento Efluentes	1.124.342	1.083.219
Outros	-429.150	-389.400
	-	-
Serviços Especializados	-917.033	1.051.806
Trabalhos Especializados	-739.913	-827.218
Publicidade e Propaganda	-1.133	-871
Vigilância e Segurança	-2.609	-1.192
Honorários	-107.139	-120.227
Conservação e Reparação	-15.535	-14.251
Serviços Bancários	-45.016	-70.429
Materiais	-15.876	-13.470
Energia e Fluidos	-220.084	-206.145
Deslocações Estadas e Transporte	-8.127	-5.043
Serviços Diversos	-177.098	-176.455
Rendas e Alugueres	-96.031	-90.158
Comunicação	-38.695	-49.956
Seguros	-34.200	-29.260
Contencioso e Notariado	-125	-460
Despesas de Representação	-587	-489
Limpeza Higiene e Conforto	-7459	-6132
	-	-
	<u>3.319.636</u>	<u>3.406.130</u>

A rubrica de trabalhos especializados engloba: gastos com assistência técnica, contabilidade, revisão oficial de contas, gastos de facturação e cobrança, serviços de advocacia e serviços de assessoria especializada.

16.4 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Relatório e Contas

2010

Outros Rendimentos e Ganhos	2010	2009
Rendimentos Suplementares	156.995	29.850
Fornecimento de Energia	25.079	14.864
Diversos	131.916	14.986
Outros	100.744	109.931
Correcções Relativas e Exerc. Anteriores	18	0
Excesso estimativa impostos	0	3.799
Débito CMA de Gastos com Calcário	58.083	101.075
Indem. Seguro Responsabilidade Civil	40.754	0
Diversos	1.889	5.057
	<u>257.739</u>	<u>139.872</u>

Em resultado das incrustações de calcário existentes na rede, a empresa incorre anualmente em diversos custos operacionais e de substituição não previstos. Por resultarem de danos na infra-estrutura anteriores à Concessão, o montante igual aos gastos suportados no ano são considerados como rendimentos suplementares, sendo facturados à Câmara Municipal de Alenquer. Este montante encontra-se registado em outros acréscimos de rendimentos.

16.5 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2010	2009
Impostos	-229	-2.168
Outros	-4.390	-4.323
Donativos	-2.000	0
Quotizações	-450	-450
Multas e Penalidades	-1.197	-3.336
Indemnizações por sinistro	-653	-538
Diversos	-90	0
	<u>-4.620</u>	<u>-6.491</u>

16.6 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	2010	2009
Activos Tangíveis	-105.931	-89.209
Activos Intangíveis	-708.595	-590.017
	<u>-814.526</u>	<u>-679.226</u>

16.7 Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares Suportados	2010	2009
Juros empréstimos bancários	-281.359	-504.114
Juros de Suprimento	-4.406	-3.062
Juros de mora	-138.012	-72.926
	<u>-423.776</u>	<u>-580.102</u>

16.8 Juros e Gastos Similares Obtidos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares Obtidos	2010	2009
Juros empréstimos bancários	6.264	13.180
Juros de mora	184.710	7.752
	<u>190.974</u>	<u>20.932</u>

16.9 Gastos com o Pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com o Pessoal	2010	2009
Remunerações do Pessoal	-311.119	-269.465
Encargos sobre Remunerações	-57.119	-50.221
Seguros	-12.994	-14.503
Outros	-8.726	-7.038
	<u>-389.958</u>	<u>-341.227</u>

Relatório e Contas 2010

16.10 Garantias Prestadas

A empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

- À Câmara Municipal de Alenquer, uma garantia de 1.675.000 euros;
- À EP – Estradas de Portugal, S.A., por obras realizadas em estradas nacionais durante a realização do Plano de Investimentos, no valor de 5.000 euros.

16.11 Risco Financeiro

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem e virem a obter-se resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar na seguintes categorias:

- (I) Risco de crédito
- (II) Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos anuais.

Por regra, a empresa não assume posições especulativas, pelo que, geralmente, as operações efectuadas no âmbito da gestão de riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a empresa se encontra exposta.

A administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas como o risco da taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Relatório e Contas 2010

A gestão dos riscos financeiros, incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura, é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro, originando uma perda.

A empresa encontra-se sujeita a risco de crédito no que concerne às seguintes actividades:

- Actividade Operacional – Clientes e Outras Contas a Receber.
- Actividade de Financiamento – Depósitos em Bancos e Instituições Financeiras.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efectuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela empresa;
- Os valores em dívida são mensalmente monitorizados

A gestão do risco de crédito relativo a saldos em bancos e instituições financeiras é efectuada pela Direcção Financeira e pela Administração da empresa.

SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25368
Contrib. N.º 194 191 052

Relatório e Contas
2010



11.

Relatório e
parecer do
conselho fiscal

Relatório e Contas
2010

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de AdA - Águas de Alenquer, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da Empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, as quais incluem as decorrentes da adopção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos accionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e com duas ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da AdA - Águas de Alenquer, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2010 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos accionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2010 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais.
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de Dezembro de 2010, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 31 de Março de 2011

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:


Paulo Jorge Luis da Silva (ROC nº 1334)

Relatório e Contas
2010



12.

Certificação
legal de contas

15 Março 2011

Relatório e Contas
2010

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de AdA - Águas de Alenquer, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 22.140.051 Euros e um total de capital próprio de 3.774.296 Euros, incluindo um resultado líquido de 18.221 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de AdA - Águas de Alenquer, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 8.1 Conforme referido na Nota 1.1. do Anexo, a Empresa apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, no dia 24 de Julho de 2009, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Em Janeiro de 2011, as partes apresentaram à Entidade Reguladora uma minuta de aditamento ao contrato de concessão.
- 8.2 Conforme descrito na Nota 2.4, em resultado dos principais efeitos decorrentes da adopção do SNC, a Empresa efectuou o desreconhecimento dos bens de domínio público obtidos da Concedente, o desreconhecimento da aplicação da Directriz Contabilística nº4 - Contabilização de obrigações contratuais de empresas concessionárias e o reconhecimento do Direito de Concessão, cujos efeitos nas demonstrações financeiras foram uma diminuição de 10.537

milhares de euros no activo não corrente e uma diminuição de 11.791 milhares de euros no passivo, que se traduziu num aumento de 1.254 milhares de euros nos resultados transitados em 1 Janeiro de 2009.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 31 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)



AdA – Águas de Alenquer, S.A.

Rua Sacadura Cabral nº22 R/C * 2580-371 Alenquer * Portugal

Tel.: + 351 263 731 210 * Fax: + 351 263 731 219

www.aguasdealenquer.pt